ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2023

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três pelas nove horas e quarenta minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 5.ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

A senhora 2.ª secretária da Mesa Rita Belo Santos procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna, Cidália de Lurdes Correia Parreira, Cláudia Alexandra Coelho Cardoso, Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha, Emanuel de Jesus Rocha Garcia, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, João Carlos Amador Lopes Mateus, João Carlos de Castro Tavares, João Manuel Machado Enes, João Paulo da Costa Moniz, José Miguel de Freitas Toste, Marcelo Leal Pamplona, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Mónica Gomes Oliveira Rocha, Paulo Alexandre Ávila Fagundes, Rita Belo Santos, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Sandra da Silva Mendes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

Alberto Gonçalves de Melo, Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, André Melo Castro, Bruno Miguel Ferreira Fagundes, Carlos Henrique da Costa Neves, César Alexandre Pacheco Medeiros, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Guilherme Carlos da Rocha Bizarro, João Alexandre de Sousa Barata Feio de Oliveira, Luís Carlos Cota Soares, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Melo Machado, Luísa da Costa Barcelos, Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa, Mário José Martins Cardoso, Michéle Soveta Aguiar, Paulo Duarte Gomes, Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha, Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim, Guido de Luna da Silva Teles, Maurício Manuel Lima Toledo, Sandra Maria de Sousa Garcia.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 4.ª sessão ordinária do dia 29 de setembro de 2023 foi aprovada por maioria com 1 abstenção.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente:

- *Receção de um ofício da Diocese de Angra do Heroísmo assinado pelo senhor Vigário-geral Cónego Gregório Joaquim do Couto Rocha, referindo o seguinte:*

  «*Tenho a honra de agradecer o envio do voto de Pesar pelo falecimento do Diácono Luís Rafael Martins do Carmo e pelo Voto de Louvor ao Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes. Apresentando os meus cumprimentos, subscrevo-me com toda a consideração. Angra do Heroísmo, 30 de outubro de 2023.*»

- *Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal, uma informação da Associação dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, dando conhecimento de que, por proposta do comando da referida associação à direção e conselho executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses, foi atribuído à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, o Crachá de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses. Este crachá foi entregue na cerimónia do aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo que ocorreu no passado dia 8 de dezembro de 2023 na sede da referida associação.*

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Munícipe Pedro Ferreira – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal, Exma. Câmara Municipal, senhoras e senhores deputados municipais. O meu nome é Pedro Ferreira e estou aqui na qualidade de presidente da direção do Rádio Clube de Angra, a Voz da Terceira.

Peço desculpa por vos tomar este tempo mas, enquanto eleitos pelo povo de Angra do Heroísmo e, em certa medida, representantes também do povo da ilha Terceira, sinto que este é um fórum para expor a situação em que se encontra neste momento o Rádio Clube de Angra, assim como tenciono fazer na Assembleia Municipal da Praia da Vitória que decorrerá na próxima sexta-feira.

Infelizmente, ao longo dos últimos oito anos em que nos tem cabido a responsabilidade de gerir a instituição, esta é a primeira vez que nos vemos confrontados com a ausência de recursos para podermos pagar ordenados e subsídios de Natal aos quatro funcionários que a instituição tem a seu cargo.

Houve um grande aumento de custos, nomeadamente ao nível da energia. Este ano registámos subidas nas faturas energéticas superiores a 50 % em comparação com os anos anteriores e tivemos uma redução significativa nas principais receitas provenientes da publicidade, sendo que este ano temos menos 60 % em relação ao ano passado devido à falta de disponibilidade do tecido empresarial da ilha em chegar-se também à frente.

Os apoios públicos de que o Rádio Clube de Angra beneficia são os do PROMÉDIA (Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada) que, no entanto, asseguram

apenas 30 % das despesas de energia e de comunicações da instituição, como acontece com todas as rádios dos Açores. Para terem uma ideia, temos custos anuais de cerca de 12 mil euros com a energia e a comunicação e o apoio que recebemos do Governo Regional é de cerca de 3800 euros. Verdade seja dita porque esse reconhecimento é merecido, justo e tem que ser feito, mas se não fosse a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo a apoiar o Rádio Clube de Angra nos últimos tempos, as coisas poderiam estar ainda piores. Um particular agradecimento à pronta disponibilidade do município em colaborar com esta septuagenária instituição da região.

Infelizmente, temos tido também uma mala pata e há de haver sempre um temporal nesta primeira semana de dezembro, até no dia de Nossa Senhora da Conceição que, infelizmente, não está connosco. Por norma, nos dias 7 ou 8 de dezembro cai sempre qualquer coisa no alto de uma serra. Na passada sexta-feira foi a antena do emissor principal de Santa Bárbara e uma outra que temos na Serra do Cume, num sistema de micro cobertura para que a nossa emissão chegue em condições à Praia da Vitória.

O mês de dezembro costuma ser melhor porque há uma maior predisposição da parte do tecido empresarial para fazer um pouco mais de publicidade nesta altura, mas o Rádio Clube da Angra viu-se confrontado com a necessidade de pedir desculpa aos seus clientes e de fazer reduções de preços nos contratos com eles celebrados, apesar de este ano não ter sido muito ruim, já que estivemos praticamente apenas um dia sem emissão desde a manhã até à noite. Neste momento não estamos a emitir na Praia da Vitória porque a avaria é um pouco mais difícil de resolver.

O Rádio Clube de Angra tem, de acordo com os seus estatutos, três categorias de sócios: os sócios honorários, os sócios efetivos e os sócios de instituição. Está representada nesta Assembleia uma junta de freguesia que, desde há muitos anos, é associada do Rádio Clube de Angra como sócio instituição; refiro-me à Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, a quem também agradecemos e reconhecemos o apoio. Para além desta junta de freguesia, temos também a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, a Fundação INATEL e a Casa do Povo da Vila Nova, as únicas quatro instituições associadas à «Voz da Terceira». Com esta inscrição como sócio instituição do Rádio Clube de Angra, é paga uma cota mensal de 25 euros, o equivalente a 300 euros anuais. Percebo que este valor pese no orçamento de algumas instituições mas talvez possa não ser uma despesa muito significativa para outras.

Se as 30 juntas de freguesia da Ilha Terceira fossem sócias do Rádio Clube de Angra, estaríamos a falar de um apoio indireto de 9 mil euros por ano, o que seria um balãozinho de oxigênio para a sobrevivência da estação. É neste sentido que aqui estou a apelar aos senhores presidentes de juntas de freguesia com assento nesta Assembleia Municipal, na esperança de – nesta altura do ano em que as mesmas estão a preparar os planos e orçamentos para o ano que vem – poderem eventualmente encontrar alguma disponibilidade financeira para apoiarem o Rádio Clube da Angra. A «Voz da Terceira» ficará agradecida e estou certo que, todos juntos, conseguiremos manter viva a instituição, tentando evitar o panorama perigoso – que tem sido por diversas vezes abordado, inclusive também pelo

senhor presidente da Câmara – de, em pouco tempo, a ilha Terceira correr o risco de perder os seus mais importantes órgãos de comunicação social devido a dificuldades desta índole.

Com a sua permissão, deixo ao senhor presidente da Assembleia, as fichas de inscrição de sócio, agradecendo a todos a atenção que me dispensaram, lembrando que estes 25 euros terão obviamente o seu retorno. Inscrevendo-se como sócio instituição, sempre que as juntas de freguesia queiram divulgar algum qualquer evento, como um edital ou uma convocatória de uma assembleia de freguesia, por exemplo, o Rádio Clube de Angra não cobrará absolutamente nada por isso, ficando essa divulgação coberta pelo regulamento que criou o sócio instituição. Sempre que alguma instituição venha a precisar do auditório que temos à disposição com cerca de 100 lugares sentados, o Rádio Clube de Angra não cobrará qualquer aluguer pelo espaço, além de outras parcerias que possam vir a ser feitas com as instituições que se venham a associar. Muito obrigado a todos pela atenção dispensada.

Sr. presidente da Câmara – Bom dia senhor presidente, senhores membros da Assembleia, senhor vice-presidente da Câmara e senhores vereadores.

Esta preocupação que o senhor presidente da direção do Rádio Clube de Angra aqui traz é transversal a todos os órgãos de comunicação social sediados neste concelho e nesta ilha, uma situação preocupante que, de alguma forma, ameaça a nossa própria centralidade. No dia em que deixarmos de ter uma voz, seja ela radiofónica ou na forma escrita, entraremos com certeza numa perda muito grande. Contudo, existem algumas restrições que precisam ser aqui analisadas.

A legislação que diz respeito ao apoio à comunicação social é extremamente rigorosa e deixa pouca liberdade às entidades públicas. Percebemos que foi feita no sentido de proteger a independência destes órgãos de comunicação social, mas a verdade é que, perante a situação que atualmente se vive, essa legislação acaba por surtir um efeito exatamente oposto, ou seja, tanto queremos proteger a independência dos órgãos de comunicação social, que acabamos por os asfixiar.

No meu entender, esta matéria deveria merecer a reflexão de todos. Houve, por diversas vezes, legislação regional sobre o assunto e existe um programa de apoio regional que, infelizmente, apresenta os resultados que acabámos de ouvir. De facto, não se percebe e não é aceitável que uma região autónoma contribua com 4000 euros anuais para um órgão de comunicação social como o Rádio Clube de Angra, com a importância que tem, e é importante encontrarmos soluções para este problema.

Da parte da Câmara, temos um enorme empenho em manter em bom funcionamento o Rádio Clube de Angra, o Diário Insular e todos os órgãos de comunicação social existentes no nosso território, porque isso é fundamental também para o funcionamento da democracia e não podemos deixar a comunicação apenas nas mãos do Facebook e de outras formas de comunicação de massas.

É preciso encontrar soluções para a manutenção destes órgãos. Temos tido uma colaboração tão franca e próxima quanto possível com o Rádio Clube de Angra, respeitando obviamente a respetiva independência e não interferindo na sua orientação da informação; contudo, os limites são muitos e não temos nenhum mecanismo legal que nos permita apoiar

diretamente, uma preocupação da Câmara desde há muito que foi já objeto de várias conversas entre nós.

As soluções que temos encontrado têm ajudado dentro do possível. Neste último ano houve uma ajuda substancial do ponto de vista do investimento mas tem sido um pouco lateral. O melhor seria mesmo a existência de um programa de apoio que nos permitisse inscrever no nosso orçamento, as verbas necessárias para, de forma transparente e clara, podermos apoiar os órgãos de comunicação social mas, infelizmente, não é esse o enquadramento legal.

O problema não existe apenas no concelho de Angra e assola tudo o que é imprensa local e regional deste país. Tem sido noticiada hoje de forma proeminente, uma crise semelhante a esta que está a acontecer em Ponta Delgada com o Açoriano Oriental e o respetivo grupo.

A raiz é sempre a mesma, ou seja, a legislação está profundamente desadequada à realidade do país e da nossa própria democracia. Não cabe a esta Assembleia Municipal, legislar sobre este assunto mas creio que está na altura de juntarmos a nossa voz a outras que se têm feito ouvir para, particularmente nesta altura de período pré eleitoral, fazermos chegar aos senhores deputados e aos partidos políticos que vão apresentar as suas propostas, a necessidade urgente de uma revisão profunda da legislação de apoio à comunicação social, garantindo obviamente a respetiva independência que é um aspeto essencial da nossa democracia, mas criando condições para a continuidade da comunicação social privada ou associativa entre nós.

Sr. presidente da Mesa – A figura regimental que está em vigor não é explícita a respeito da possibilidade de intervenção de outros membros da Assembleia Municipal que não seja o senhor presidente da Câmara ou quem ele delegue; contudo, por se tratar de um assunto de extrema importância que merece reflexão e debate, dentro daquilo que tem sido a sua postura, a Mesa entende que deve conceder a palavra ao senhor deputado municipal Carlos Costa Neves.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Agradeço ao senhor presidente da Assembleia, que cumprimento, assim como os demais elementos da Mesa, o senhor presidente da Câmara e as senhoras e senhores vereadores, as caras e os caros colegas deputados municipais. Cumprimento também quem trouxe este assunto neste período atribuído à intervenção do público.

Começo por declarar o meu interesse nesta matéria porque sou associado do Rádio Clube de Angra, o que não me torna menos capaz de representar esta bancada, afirmando a total solidariedade com aquilo que nos foi aqui exposto de forma tão clara. Devo dizer que, a título individual e coletivo, nos empenharemos nesta questão e estamos disponíveis para qualquer iniciativa que esta Assembleia Municipal queira tomar, nomeadamente na sua participação no debate relativo ao apoio aos meios de comunicação social que, como foi tornado público, tem passado por reuniões entre o Governo e o sindicato dos jornalistas. As

medidas propostas numa primeira fase mereceram a concordância do referido sindicato mas tiveram uma reação pública ao nível do continente porque previam pagamentos de salários.

Estamos aqui para contribuir para a «Voz da Terceira» por outras vias possíveis. Acho que a expressão diz tudo, por isso nos associaremos a esta questão com especial empenho, quer a iniciativa parta da Câmara ou da Assembleia Municipal que, através dos seus membros lá representados, poderá levar o assunto também ao Conselho de Ilha da Terceira. Temos assim várias frentes possíveis, sabendo que provavelmente não será para amanhã porque estamos em vésperas de eleições, mas poderemos com certeza preparar para a nossa sessão de fevereiro, o que quer que seja em termos de recomendação.

Sr. presidente da Mesa – Pelas razões que evoquei para conceder a palavra ao senhor deputado Carlos Costa Neves da bancada da Coligação, é lícito que também o faça relativamente a um pedido de inscrição do senhor deputado José Toste da bancada do Partido Socialista.

Sr. d. m. José Toste – Bom dia senhor presidente e demais elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal.

Como foi já aqui referido, esta situação do Rádio Clube de Angra pode ser entendida como sendo transversal a todos os órgãos de comunicação social privados da ilha Terceira, cuja importância foi já aqui aclarada, sendo uma garantia de independência no âmbito do espaço público e da participação de todos. A ilha Terceira deve ter uma voz própria mas é também importante que todos os terceirenses das mais variadas tendências tenham um espaço de participação, tanto na imprensa escrita como nos diversos programas de rádio.

O Rádio Clube de Angra, o Diário Insular e os restantes órgãos de comunicação social privados da ilha Terceira sempre tiveram o princípio de prezar a maior representatividade possível e são instrumentos que garantem o aprofundar da nossa democracia; contudo, devido aos aumentos dos custos de produção, têm grandes dificuldades em manter a porta aberta se não houver apoios públicos de várias entidades.

Deve haver uma ponderação entre a independência natural dos órgãos de comunicação social privados e a necessidade de manterem a porta aberta. É sempre nesta ponderação de valores que temos nos movimentar, fazendo uma análise de todas as propostas que possam eventualmente surgir.

Está visto que é necessário um investimento público além do investimento privado que existe sem que se chegue a uma situação em que a liberdade e a independência acabem por sufocar estes órgãos de comunicação social. Enquanto membros de um grupo municipal e representantes de um partido político, temos alguma dificuldade em decidir a respeito de um apoio direto mas podemos ser um porta-voz interno no sentido desta sensibilização. As juntas de freguesia e o município são espaços de democracia que só funcionam plenamente se houver uma comunicação livre e deve haver um esforço de todos nós no sentido de apoiar estas instituições.

Como cidadão participante nesta Assembleia e não sendo sócio do Rádio Clube de Angra, esta apresentação sensibilizou-me no sentido de dar o meu contributo, pelo menos

individualmente, por isso não foi uma manhã perdida da vossa parte porque podem contar com mais um sócio. Sabendo que as minhas cotas serão um grãozinho de areia, se cada um de nós juntar o seu grãozinho, podemos ajudar nos custos dos órgãos de comunicação social privados, acabando também por fazer mais pela democracia e pelo nosso concelho.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. José Toste – Tomo de novo a palavra, desta vez no Período de Antes da Ordem do Dia, para trazer a esta Assembleia Municipal uma questão que, nos últimos tempos, tem sido cara a este órgão.

O Governo dos Açores encontra-se demissionário após a dissolução da Assembleia Legislativa Regional no passado dia 11 de dezembro. Podemos, portanto, fazer uma reflexão e um balanço da relação entre a administração regional e o concelho de Angra do Heroísmo sob a perspetiva do investimento público que foi realizado no desenvolvimento das potencialidades do nosso concelho ao longo destes três anos.

Houve sempre aqui uma tentativa de distinção entre o que seria o investimento em infraestruturas – muitas vezes designado por investimento em betão – e o investimento nas pessoas. O Governo Regional teve duas medidas bastante simbólicas em matéria de investimento nas pessoas, como os programas «Nascer+» e «Novos Idosos», que não foram implementados no concelho de Angra, ou seja, a grande conclusão que devemos tirar é que não era importante o investimento na natalidade neste concelho, assim como o investimento nas necessidades dos idosos e no tratamento ao domicílio.

Num ano simbólico para a cidade de Angra do Heroísmo em termos de património, foi pouco ou nenhum o investimento do Governo Regional em infraestruturas deste concelho nos últimos três anos, algo que ficou bem evidente e deve ser analisado à luz do que ocorreu no passado dia 7 de dezembro no âmbito das celebrações dos quarenta anos de inscrição da cidade de Angra do Heroísmo na lista de cidades património mundial da UNESCO.

As grandes obras de referência em termos de património foram levadas a cabo pela Câmara Municipal de Angra. O Governo Regional deveria ter contribuído para a reconstrução dos claustros que estão acoplados às Igrejas das Concecionistas e de Nossa Senhora do Livramento, mas não o fez, assim como não investiu no seu próprio património. Basta andar um pouco pela cidade de Angra e sair da Rua da Sé em direção à zona da Prainha, para se encontrar dois quarteirões profundamente marcados por dois edifícios da administração pública regional que se encontram numa lenta degradação. Falo do Palácio dos Bettencourt onde estava instalada a Biblioteca Pública e do edifício sede da Secretaria Regional da Educação que tem uns belos jardins que poderiam muito bem ser um espaço de promoção da cidade de Angra.

No ano em que se celebram os quarenta anos de património mundial, o próprio museu – que é um símbolo da cidade – não vê tinta há algum tempo, o mínimo que se lhe exigiria em termos de investimento. Sem tanta relevância no centro histórico, vemos em frente ao edifício da ALRAA em São Pedro, um outro edifício totalmente destruído que, visto do Centro

Cultural e de Congressos, parece uma ruína que não foi recuperada desde o sismo de 1980. O imóvel encontra-se totalmente abandonado e devoluto, por isso foi demarcado pela Câmara Municipal com umas barreiras no sentido de evitar ali o estacionamento.

Enquanto a Câmara Municipal de Angra foi investindo no património do concelho e inaugurava uma obra importante como a Igreja das Concecionistas, o Governo Regional comemorou os quarenta anos de património desta cidade com a apresentação de um selo. A iniciativa até seria de louvar se tivesse partido de uma junta de freguesia do centro histórico ou da própria Câmara Municipal que, a par de todo investimento que fez no património, fez também a apresentação de uma medalha. Ao mesmo tempo que a Câmara Municipal inaugurava um importante e avultado investimento, depois de pouco ou nada ter investido no património deste concelho após três anos, o Governo Regional veio apresentar um selo; no fundo, foi como se tivesse arranjado uma justificação para faltar à festa.

É importante que este selo seja utilizado para mandarmos cartas de reivindicação ao Governo Regional para investir mais nesta ilha, já que parece ser esta a mensagem que nos estão a enviar: «Não investimos e o que vos damos, são selos.» Vamos ser sinceros, referindo algum investimento que houve no Porto Pipas ao longo destes três anos, mas a inscrição a fundos comunitários e a primeira pedra foi colocada pelo anterior executivo camarário. É verdade que há também investimento no âmbito da proteção das ribeiras na zona sudeste de Angra do Heroísmo, mas estava já inscrito nos planos anteriores.

Este executivo regional limitou-se a dar seguimento atrasado a investimentos que estavam previstos. Estes selos devem ser utilizados pelos angrenses para se dirigirem ao Governo Regional demissionário a pedir, por exemplo, que resolva a situação da Pousada da Juventude em São Mateus da Calheta que, quando fechava por um dia ou por uma semana, fazia com que esta Assembleia virasse um vulcão de indignação; agora encontra-se encerrada desde a pandemia da Covid-19 sem que se veja para ali, algum rasgo de investimento.

Continuamos com a Pousada da Juventude encerrada na freguesia de São Mateus da Calheta onde houve, de facto, uma promessa inovadora que tinha a ver com a construção de umas instalações de apoio aos pescadores num terreno que foi adquirido por 200 mil euros; entretanto o terreno foi desmembrado e dividido em dois com a cedência de uma parte à junta de freguesia. O espaço foi adquirido em 2001 com a previsão do início das obras para 2002. O projeto foi anunciado em 2023, a obra arrancaria em junho ou julho deste ano, o concurso foi lançado em setembro e a adjudicação ainda não ocorreu. Entretanto foi inaugurada uma espécie de entreposto frigorífico, utilizando antigas instalações existentes no porto de São Mateus sem qualquer alteração do que lá estava ao longo destes quinze anos, o que se percebe porque se diz que, é rico quem muito muda de mobília, por isso o Governo Regional não quis dar um ar de riqueza e limitou-se a inaugurar uma nova sede com a antiga mobília.

Existem outros investimentos como, por exemplo, a inscrição sucessiva ao longo dos planos e orçamentos, da construção de uma via entre a Fajã do Ficher e a estrada da Serretinha na freguesia da Feteira. A obra não avançou, mantendo-se uma promessa importante de investimento para a freguesia e para os moradores naquela zona.

É importante destacar também o grau de degradação em que se encontra a envolvente do Centro de Saúde onde vai ser feita alguma intervenção, não pelo Governo Regional, mas pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

No que diz respeito ao investimento, a grande constatação é que o Governo Regional se afastou do concelho e da própria ilha ao longo destes três anos, tendo sido substituído pelo município de Angra do Heroísmo, já que esta reflexão vai um pouco mais longe e abrange locais de extrema relevância para o desenvolvimento económico da ilha Terceira, tendo um deles a ver com a construção de um cais de cruzeiros num primeiro momento, surgindo depois uma alteração para a extensão do porto da Praia da Vitória em 350 metros. O investimento não avançou nos últimos três anos, anda-se num pingue-pongue estre estudos e projetos e nisto ficámos.

Uma outra grande promessa de investimento foi na Aerogare Civil das Lajes, onde não houve propriamente um pingue-pongue de estudos e projetos, mas cingiu-se a uma porta. O investimento efetivamente realizado na aerogare resume-se a uma porta. Este é um exemplo ilustrativo do investimento que foi feito nesta ilha. Em vez de investimentos relevantes em grandes estruturas, fez-se e inaugurou-se uma porta com pompa e circunstância.

Vamos ficando fartos das pequenas «portas» que vão surgindo e estes três anos ficaram marcados pela total ausência de um rasgo, uma ideia ou uma visão daquele que deve ser o investimento em Angra do Heroísmo, o que preocupa esta Assembleia Municipal, os munícipes deste concelho e os cidadãos desta ilha.

Ficou ilustrado no Período de Intervenção do Público no início desta sessão da Assembleia Municipal, um pequeno exemplo que pode replicar-se num sem número de áreas. Perante a ausência do Governo Regional, a manutenção de muita da atividade cultural e social desta ilha deve-se à Câmara Municipal de Angra.

O abandono não fez de nós uma cidade ao abandono, antes pelo contrário, aqui não há espaços vazios. Perante a retirada do Governo Regional, o que se viu nestes três anos foi uma afirmação cada vez maior do investimento realizado pelo município de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Esta minha intervenção é uma reação à intervenção do senhor deputado José Toste porque não estava a acreditar no que estava a ouvir. O senhor deputado aparenta ter mais de 27 anos, por isso deve saber que houve 24 anos de governação antes destes últimos três anos. O senhor falou numa ex-Secretaria Regional localizada na Rua de São Pedro – que lamento não estar reconstruída – quando aquela casa esteve naquele estado durante largos anos de governação socialista; disse também que o Governo socialista iniciou as obras do Porto das Pipas, mas depois de largos anos de Governo socialista. Falou também de património mundial, da recuperação da Igreja das Concecionistas e da Igreja do Livramento. Já elogiámos o senhor presidente da Câmara pela obra feita mas este património esperou 24 anos até que a Câmara entendesse recuperá-lo.

Estes são exemplos concretos que estão à vista de todos. Por vezes os partidos da oposição gostam de afirmar que dará vontade de gozar com a expressão «novo paradigma», um termo que já ouvi ser utilizado por esses partidos da oposição, mas há mesmo um novo paradigma, já que a área social tem tido reforços de apoio muito significativos que vão muito

além dos programas «Nascer+» e «Novos idosos». Um paradigma que teve também a ver com a opção determinada da baixa de impostos no IRS e no IRC até ao máximo que é permitido pela lei das finanças regionais, uma medida que mereceu a oposição expressa e o voto contra da bancada do seu partido na Assembleia Legislativa Regional. Houve a opção de baixar também o custo dos transportes inter-ilhas para 60 euros ida e volta, uma medida que contou mais uma vez com a oposição expressa da bancada do seu partido na ALR, e ainda a regularização da situação de pessoal da função pública, algo que o Governo do partido que o senhor aqui representa não fez durante 24 anos, criando uma estabilidade bem visível.

O doutor Sousa Franco dizia que não se devia utilizar o termo «buraco» quando se fala de finanças, mas o Governo da Coligação não partiu do zero em termos de contas, ao contrário do que aconteceu com o primeiro Governo de Carlos César; este Governo partiu de uma herança muito pesada que criou grandes dificuldades em responder agora a setores que são fundamentais mas tiveram que merecer menos prioridade. Como político, o senhor deputado José Toste sabe que nem tudo pode ser prioritário e há questões menos prioritárias que não estão prontas ao fim de três anos.

Talvez possamos fazer um balanço paralelo ao fim de 24 anos, ou seja, comparando os 24 de governação do Partido Socialista com os 24 anos de governações da Coligação. Por acaso até não gosto de ciclos de governação muito longos e acho que estes 24 anos de governação socialista só prejudicaram a região.

É curioso que o senhor deputado José Toste tenha falado também do porto da Praia da Vitória, que é um escândalo da governação socialista, teve várias localizações e soluções e alimentou várias campanhas eleitorais. Se tivessem dado tempo à Coligação, seria provável que o lançamento do concurso fosse feito até ao fim do seu mandato, mas não foi isso que o Partido Socialista quis. Para quem tinha quatro anos de mandato, houve a necessidade de preparar uma série de questões para que as coisas pudessem ser feitas, se calhar até com um certo sentido eleitoralista no último ano, portanto era preciso cortar pela raiz essa possibilidade. Não fale no porto da Praia da Vitória que é dos escândalos máximos da governação socialista.

Senhor deputado José Toste, digo-lhe também que, quem reverteu completamente a relação de poder entre a Terceira e as outras ilhas, foi a governação socialista, tem nome e chama-se Sérgio Ávila. Foi a governação socialista que deu a volta ao equilíbrio de poderes e ao conceito de desenvolvimento harmonioso entre ilhas e pôs-nos na situação de olharmos quase de baixo para cima em relação a Ponta Delgada que se foi transformando na capital dos Açores. O Governo socialista esteve no poder durante 24 anos, deixou o buraco da SATA e outros buracos por sociedades que criou para envolver verbas que não sabíamos bem como eram utilizadas, como aconteceu na SAUDAÇOR. Utilizou vários artifícios contabilísticos que se vão descobrindo, saltando um a um como aquelas minas que rebentam do chão.

Podemos falar também nos 27 anos de gestão da Câmara socialista e perguntar onde está a solução dupla mercado municipal/parque de estacionamento – que não vejo – a não ser que me tenha distraído hoje ao descer a Rua da Sé, e não me venham dizer que isto não é da responsabilidade da atual gestão da Câmara. Uma outra gestão socialista tinha deixado

tudo pronto para que as coisas avançassem mais depressa mas houve determinados caprichos que impediram que tal acontecesse. Foram-se fazendo e refazendo projetos até que chegámos ao dia de hoje sem mercado municipal nem parque de estacionamento.

Se o senhor deputado quer continuar a falar da atividade da Câmara Municipal de Angra com 27 anos de governação socialista, pode ir ali abaixo ao pé da Prainha à procura das portas da cidade que, pura e simplesmente, desapareceram. A destruição das portas da cidade foi um crime de património com a construção de uma coisa pastiche com um lago e meia dúzia de pedras serradas que não honram a cidade património. Podemos ver também quantos pisos tem o hotel de Angra aqui ao lado e se deveria ter aquele piso de cima, uma situação cujo decisor responsável na altura era o atual senhor presidente da Câmara. Quando desci hoje a Rua da Sé não vi também os candeeiros da cidade e talvez o senhor saiba onde estão. Sei onde estão alguns mas não sei onde estão todos e lamento que tenham sido substituídos.

Acho que, às vezes, é preciso um bocadinho de contenção. O grupo municipal da Coligação tinha decidido não intervir hoje no Período de Antes da Ordem do Dia, porque temos eleições daqui a menos de dois meses e achamos que este debate deve ficar lá fora, mas não poderíamos deixar de intervir depois do desplante do senhor deputado municipal José Toste ao referir determinados detalhezinhos, falando de uma governação de três anos e esquecendo a governação anterior de 24 anos. Parece que o senhor deputado despertou para a vida há três anos.

Sr. d. m. Paulo Gomes (presidente da J. F. de São Mateus da Calheta) – Muito bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Gostaria de corrigir algumas situações e esclarecer o senhor deputado José Toste, começando pela construção das infraestruturas de pescas. Acho que seria de enaltecer o investimento que o Governo Regional fez na aquisição de um terreno com mais de 5000 m² que vai permitir a construção de outras infraestruturas numa vila com a importância de São Mateus da Calheta. O objetivo seria que uma parte fosse utilizada para a estrutura das pescas, ficando a outra parte de maior dimensão ao serviço de vila. O projeto foi apresentado e a obra está a concurso público, ou seja, a bola está do lado das empresas que, como tem sido aqui referido e muito bem, estão com muitas dificuldades devido às constantes alterações de preços dos materiais, por isso penso que este é um não problema e um não assunto.

Quero esclarecer também que aquele entreposto frigorífico não era a sede da associação; pertence à LOTAÇOR e estava completamente abandonado e degradado há quinze anos. A sede da Associação Terceirense de Armadores não tinha grandes condições, por isso em boa hora a LOTAÇOR cedeu-lhe o entreposto. Num forte apoio, o Governo Regional conseguiu requalificar as instalações e agora os pescadores da vila de São Mateus, além de terem a associação mais próxima, têm também melhores condições, como pôde verificar quem esteve presente na inauguração.

Com o terreno que foi cedido temos finalmente a oportunidade de construir um armazém que muita falta faz a São Mateus, não só à Junta de Freguesia, como também às festividades da vila que, como sabem, estão em forte crescimento e as comissões de festas

têm dificuldades em construir os seus carros alegóricos. A Junta de Freguesia conseguiu apresentar um desfile de muita qualidade nos últimos dois anos mas não sei como vamos fazer daqui para a frente porque não temos quem nos empreste um armazém e não dispomos de um espaço onde possamos albergar um número elevado de pessoas. As festas do porto organizaram recentemente um festival de sopas e conseguiram vender apenas 250 bilhetes porque a Casa do Povo não permite acomodar mais pessoas.

Ao contrário de outros, gosto de elogiar quem me antecedeu, por isso reconheço com toda a humildade que muito se fez em São Mateus da Calheta, mas as pessoas têm que perceber que, aquilo que era muito bom há vinte anos, está agora completamente ultrapassado.

Está na hora de se olhar de outra forma para a vila de São Mateus. Tínhamos a pior casa mortuária da ilha e a que temos atualmente tem condições para receber condignamente as pessoas, mas o auditório da Casa do Povo não tem condições de acessibilidade e por vezes os bailinhos de carnaval não querem lá atuar. Era bom há vinte ou trinta anos mas já não tem condições. É verdade que, há vinte anos, muito se fez muito em São Mateus, mas as coisas estão ultrapassadas e estamos muito atrás da maioria das freguesias do concelho e até mesmo da ilha.

Sra. d. m. Cláudia Cardoso – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e respetiva vereação.

Não contava intervir neste debate, já que o meu colega de bancada José Toste fez uma listagem exaustiva acerca da falta de investimento do Governo Regional na ilha Terceira nos últimos três anos, referindo um aspeto que me parece importante trazer de novo à colação.

Foram comemorados na semana passada, os quarenta anos da inscrição de Angra do Heroísmo, sendo a primeira cidade portuguesa a integrar a lista do património mundial da UNESCO. Independentemente da nossa filiação ou simpatia partidária, temo-nos deparado praticamente com a inexistência da Direção Regional da Cultura na ilha Terceira. Como se compreende que, no ano em que se celebram os quarenta anos da inscrição de Angra numa lista da UNESCO com esta importância, o Governo Regional tenha lançado apenas um selo comemorativo? A iniciativa não deixa de ter o seu valor mas é uma minudência, um pormenor que envergonha qualquer angrense e estas comorações foram integralmente suportadas durante este ano pelo investimento da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Estamos a falar de um investimento em património edificado como o que foi feito na Igreja das Concecionistas e na Igreja de Santo António dos Capuchos, que não deve ser da responsabilidade de uma autarquia.

Compreendo as capacidades argumentativas do senhor deputado Carlos Costa Neves, mas o que está aqui em cima da mesa não é comparação de governações de três ou de 24 anos. É claro que os governos socialistas tiveram défices de execução mas o que está aqui em apreço é o que foi feito neste concelho pelo Governo Regional dos Açores para que Angra seja mais central como, decerto, todos pretendemos. O Governo Regional não foi capaz de se chegar à frente numa celebração única para os Açores, porque mais nenhuma cidade açoriana tem esta classificação. A capital da cultura, como Angra já foi considerada, não pode estar

dependente da ação de uma autarquia, por mais meritória que seja. Esta Câmara não pode ser a única responsável pelas comemorações dos quarenta anos de inscrição de Angra numa lista de cidades património mundial. Não se trata de um pormenor para ser celebrado com um selo e não é aceitável que o Governo Regional veja a cultura como um apêndice, um ornamento ou um mero acessório. Lançou a Joia Açoriana, que é uma iniciativa louvável, mas até essa vinha de governos socialistas anteriores.

Os senhores deputados municipais não acham que o Governo Regional deveria ter dito «presente», mantendo os contratos firmados com a Câmara Municipal para assegurar umas comemorações dignas destes quarenta anos de inscrição de Angra na lista de cidades património mundial?

Temos um governo demissionário em matéria de educação e cultura. As escolas estão a precisar de meios básicos de sobrevivência como, papel higiênico, refeições e outras questões de gestão corrente e acham bem que tenha que ser a autarquia a substituir-se ao Governo Regional? Acham bem que o Governo Regional se comprometa e assine protocolos que depois rompe, deixando a autarquia angrense sozinha a celebrar com o Ministério da Cultura? Os senhores conhecem seguramente as dificuldades com que o Governo Regional se tem confrontado nestes últimos três anos, mas isto não é um leilão de vaidades e ninguém está aqui num campeonato para ver quem fez mais.

Como angrenses, temos que ter consciência que, em matéria de cultura e educação, o Governo Regional deixou esta autarquia e a ilha Terceira ao abandono. Achamos bem que, no dia em que o senhor presidente da Câmara Municipal de Angra celebra e inaugura património edificado, o Governo Regional coloque apenas uma chancela num simples selo comemorativo? Meus senhores, vamos ser sérios! Isso não está certo e não nos honra como angrenses. E se este não é um governo demissionário antes de ter sido dissolvida a Assembleia Legislativa Regional, então não sei o que é.

Sr. d. m. José Toste – No seguimento da intervenção do senhor deputado municipal Carlos Costa Neves que me qualificou com o apode de «o político», lembro o que foi dito nesta casa numa sessão anterior da Assembleia Municipal, referindo alguém como sendo «assessor». O apode de «político» que foi atribuído com uma certa acrimónia também não fica bem e será interpretado da minha parte como algo irrelevante porque aqui somos todos políticos e nesta Assembleia Municipal faz-se política.

Foi aqui dito que o grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) não pretendia intervir no Período de Antes da Ordem do Dia para não se meter em discussões políticas, talvez porque não querer envolver-se na discussão sobre a falta de investimento do Governo Regional no concelho de Angra. Foi aqui utilizada como resposta, a estratégia de pairar ao de leve sobre as questões relativas ao edifício da Rua de São Pedro, ao Porto das Pipas e às igrejas das Concecionistas e do Livramento, passando depois para uma discussão de temáticas de âmbito regional como a baixa do IRS, o preço das passagens aéreas, a regularização do pessoal da administração pública e a herança do Governo anterior. A estratégia é procurar falar de questões de âmbito regional para fugir ao assunto que

verdadeiramente importa que é o investimento público do Governo Regional na cidade de Angra do Heroísmo nos últimos três anos.

É verdade que o edifício de São Pedro está lá há mais de três anos mas é também verdade que foi sucessivamente colocado à venda em hasta pública pelos anteriores governos numa tentativa de recuperação daquele património, mas não houve propostas que ultrapassassem o limiar mínimo do valor do imóvel. Tenho quase a certeza que não houve qualquer hasta pública daquele edifício ao longo dos últimos três anos e está prevista a sua remodelação para a criação de um laboratório para a administração pública regional com um nome pomposo, mas a verdade é que o imóvel continua naquele estado lastimável.

A história do Porto das Pipas está ligada aos 24 anos, apesar de a sua execução ter sido iniciada nos últimos três. Foi nos últimos 24 anos que se fez o projeto, foi lançado o concurso, feita a adjudicação e lançada a primeira pedra.

Sei que o senhor deputado Carlos Costa Neves não pensa assim, mas foi recuperado património nesta cidade nos últimos 24 anos e não se pense que as igrejas das Concecionistas e do Livramento foram os únicos edifícios que ruíram com o sismo de 1980. Com o Partido Socialista a governar a região, foram recuperados alguns espaços na cidade de Angra como, por exemplo, o edifício do Centro Cultural e de Congressos e o espaço das portas da cidade, apesar de não estar do agrado do senhor deputado Carlos Costa Neves. O nível de recuperação de património de Angra foi andando paulatinamente até que as ruínas da cidade se cingiram praticamente àquelas duas igrejas que continuam com os seus claustros destruídos. A determinada altura, o Governo Regional comprometeu-se a intervir neste património mas reduziu o seu grau de compromisso.

Nos 24 anos de governação socialista foram também feitos outros investimentos importantes. Se eu me recordo, também o senhor deputado Carlos Costa Neves se recordará da anterior Aerogare Civil das Lajes antes da remodelação ou daquilo que era a Via Vitorino Nemésio antes da intervenção que foi feita pelo Governo do Partido Socialista nesses 24 anos.

Nem tudo foi feito, mas muito foi feito e esperava-se mais e melhor de um Governo Regional com nova energia e um novo compromisso, em vez de se limitar a uma comparação com o que não foi feito nos 24 anos anteriores. O que não foi feito nesse período, deveria ter sido feito nos últimos três anos ou terá que ser feito nos próximos dez.

Nenhum governo conclui toda a sua obra e a intervenção da administração pública regional deve ser permanente mas demitiram-se de investir num hiato de três anos, centrando-se única e exclusivamente no investimento que não foi feito nos últimos 24 anos. Não se governa a olhar para trás, por isso se exigia que, mais e melhor tivesse sido feito nos últimos três anos ou houvesse pelo menos uma ideia de se fazer diferente. O grande problema não é a ausência de obras novas nos últimos três anos, mas a falta de um rasgo ou uma ideia do que se poderá fazer nos próximos dez ou vinte.

No que diz respeito à discussão de âmbito regional que foi aqui trazida à colação, apenas e só para esconder a total falta de investimento no concelho de Angra, as pessoas que são abrangidas pela baixa do IRS, que foi aqui referida como uma medida de enquadramento social, não pertencem certamente às classes mais baixas da sociedade, sendo certo que a

redução deste imposto implica a redução da receita do Governo Regional. Quando se diz que houve uma pesada herança do Partido Socialista, não se percebe esta baixa do IRS, as passagens aéreas a 60 euros e a capacidade de regularização do pessoal da administração pública. Se tudo isto foi possível é porque certamente não terá havido uma herança assim tão pesada.

Que fique bem claro que as passagens aéreas a 60 euros são já um adquirido autonómico, portanto não se faça o jogo da chantagem que as mesmas vão deixar de ser a 60 euros. Grande parte das passagens estava já abaixo desse valor antes da Tarifa Açores, por isso esta medida que veio para ficar era já um adquirido autonómico. Além das passagens a 60 euros, haverá também transporte marítimo de passageiros e mercadorias.

É falso que tenha sido este Governo a regularizar a situação dos precários da administração pública porque esta regularização era feita por regra de três em três ou de quatro em quatro anos e não sei se o senhor deputado se refere à questão dos pontos que são também um adquirido da administração pública regional. Haverá papel higiénico e outro tipo de valências nas escolas e não haverá escolas encerradas. Há apenas uma escola no Posto Santo encerrada por quinze dias.

As medidas icónicas ao nível regional foram praticamente todas concretizadas no primeiro ano de mandato, enquanto ao longo dos últimos três anos tivemos um *loop* constante acerca das passagens a 60 euros, da baixa do IRS e da regularização do pessoal, além do rateio na agricultura que é também um adquirido da administração pública regional que se vai manter independentemente de quem venha a ser Governo; assim os agricultores saberão a tempo e horas quando irão receber e não haverá atrasos.

Estas medidas icónicas foram criadas à custa da perda de algo e o grande desafio é manter este adquirido autonómico, fazendo mais. Passagens a 60 euros sim, mas com transporte marítimo de passageiros. Não aos rateios e sim ao pagamento a tempo e horas. Sim à regularização do pessoal da administração pública, mas com condições nos locais de trabalho, e não se pode sacrificar umas coisas em detrimento de outras.

O próximo Governo Regional terá que garantir a continuidade daquele que foi o adquirido autonómico positivo. Não acordei há três dias nem tenho três anos, mas sei que, quem tem visão de futuro deve exigir àqueles que governam agora sem se escudarem no passado para não fazerem no presente.

Sr. presidente da Câmara – Senhor deputado Carlos Costa Neves, o senhor deputado José Toste não precisa de ajudas porque fez uma excelente intervenção, muito melhor do que é costume da bancada desse lado; contudo, não quero deixar passar em claro um conjunto de questões que têm a ver diretamente com a Câmara Municipal e não pretendo entrar na discussão regional que já foi bem feita. Vou a caminho de fazer, pelo menos, 22 vezes três anos, tenho uma memória semelhante à sua e poderia acrescentar algo ao que disse o senhor deputado José Toste. Fiz parte desses governos que, na versão do senhor deputado, foram tão inúteis, e recordo que tínhamos nesta cidade cerca de 4 mil alunos em instalações provisórias, não tínhamos a escola de São Carlos nem o hospital, ou seja, não tínhamos uma infraestrutura que prestasse.

Falando do que me diz diretamente respeito, começo pela situação do hotel de Angra que o senhor deputado referiu. Quando estive no Governo, assim como agora na Câmara Municipal, uma das minhas preocupações tem sido sempre a viabilidade económica e não acredito em patrimónios de naftalina em que nada se faz porque sempre foi assim. Se Angra quer ser uma cidade património, tem que ter vitalidade económica, por isso é preciso investir e intensificar o uso deste espaço para trazer atividade para a cidade. Ainda bem que o hotel tem mais um andar e é pena que não tenha mais dois, três, quatro, dez ou os que fossem possíveis, porque precisamos de investir nesta cidade.

O senhor deputado Carlos Costa Neves falou também em candeeiros. Não sei o que é que aconteceu com eles, porque não é do meu tempo e não me lembro disso; lembro-me que alguns desses candeeiros já não estavam aqui quando o PS chegou à governação municipal há 27 anos, mas essa é uma discussão de velhos que poderemos ter depois e não interessa para o futuro.

O mercado municipal poderia estar neste momento em obra, se alguém do seu Governo não se tivesse atravessado no assunto. Teve dois ou três projetos porque precisava de espaço para estacionamento e se algo correu bem em todo este processo foi a capacidade que tivemos de voltar atrás e negociar o que parecia impossível que era a aquisição dos terrenos do Seminário.

Em vez de termos um mercado com pouco ou nenhum estacionamento, temos um projeto que está em vias de adjudicação. O concurso público terminou e vamos adjudicá-lo em breve. Entretanto, já que o senhor deputado deu essas voltas pela cidade, convido-o a ir até ao Relvão para ver se encontra lá um estacionamento.

Mais importante do que isto, e já que o senhor falou numa coisa que me é muito cara, tenho o prazer de lhe oferecer aqui uma gravura, a única do século XVII que temos com alguma qualidade, e se o senhor encontrar aí algumas portas da cidade, ganhará um prémio, porque isso não existia e as fundações que ali estavam eram de uma porta. A única porta que existiu está debaixo do que é hoje a Igreja da Misericórdia, ou seja, estava junto ao hospital. Na altura em que as ruínas ficaram à vista, o que ali apareceu foram as fundações de uma obra que tinha sido feita pouco antes do maremoto de 1755 e foi destruída, e o Capitão-general deu ao Pátio da Alfândega, a configuração que agora tem.

As portas do mar são uma coisa mítica, não existiam. A nossa cidade não é uma cidade de ruínas e se algo de bom se fez, foi recobrir aquilo que não tinha qualquer valor histórico nem estético. Estávamos perante as fundações de uma coisa que ali existiu no século XVIII e à conta disso íamos esventrar o Pátio da Alfândega. Para os que não têm memória, as fotografias do que lá estava estão publicadas por esta Câmara Municipal num livro que foi editado pelos 150 anos deste edifício, fotografias essas que o senhor deputado, para seu benefício, poderá consultar.

Falemos do que existe, falemos de uma cidade que se quer viva e deve continuar a crescer, por isso tem que se deixar de mitos e de histórias meio contadas. Isto não é um campo de ruínas, é a cidade de Angra. Não é um lugar para ficar com portas do mar míticas que não existiam no meio do Pátio da Alfândega, só porque foram encontradas três pedras de

uma fundação que lá existiu e alguém interpretou mal a «Carta de Linschoten». A cidade de Angra, na sua versão mais fidedigna, é essa que está aí. Havia ali a muralha da Alfândega, existia um portão sensivelmente onde hoje está a fachada da Igreja da Misericórdia e havia também um largo que servia para depósito de mercadorias. Era essa a entrada da cidade de Angra do Heroísmo nessa altura.

Quanto ao mercado, que é o que mais nos importa agora, espero que tenhamos uma obra a arrancar a breve trecho. O concurso decorreu com sucesso, apareceu uma proposta e estão a decorrer os prazos legais para a sua adjudicação. Teremos um mercado com a dimensão adequada e cerca de 250 lugares de estacionamento que vão alterar o paradigma do estacionamento na cidade. Os outros paradigmas são os paradigmas da falência e de uma crise profunda do regime autonómico que dificilmente recuperará. Será essa a grande herança destes três anos e o novo paradigma que temos.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Não vou entrar aqui num esquema de resposta a intervenção, quero simplesmente confirmar que a situação financeira que o Governo Regional recebeu é catastrófica. Há pouco não referenciei as dívidas por razões de cumplicidades que são muito comuns no Partido Socialista e, aliás, levaram à queda do Governo socialista nacional. Antes cair da forma que este Governo caiu, do que a forma como caiu o Governo nacional.

As dívidas do Governo nacional à região totalizam 80 milhões de euros que também não vemos cair de lado nenhum e talvez ajudassem a resolver alguns problemas de património. Vamos transitando de ano para ano e, dos 80 milhões, zero. Quero recordar também que, só a dívida da SATA eram 400 milhões, portanto vamos somando milhões. Temos que ver os projetos da SAUDAÇOR, das ilhas não sei de quê e todos os outros, para percebermos porque é que este Governo regional tem dificuldades.

Tem sido curioso seguir o debate nacional entre os candidatos do Partido Socialista, em que o apoiante de um deles que se chama João Costa disse que era impossível resolver a questão dos professores durante todo o seu mandato e agora já acha que é possível repor a antiguidade. Senhor deputado municipal, pois essa questão foi resolvida na região muito antes de se pôr a nível nacional. Não vou falar mais nessas questões, nem nas bolsas, nas propinas ou nos cuidadores informais, mas digo-lhe que os programas que referiu, o «Nascer+» e os «Novos idosos» são projetos-piloto que, naturalmente, vão chegar à Terceira.

Dizia o senhor presidente da Câmara que o PS encontrou também situações terríveis quando chegou ao poder. Se fomos por aí, quando o I Governo Regional chegou ao poder, eu fui comprar lápis e borrachas à Loja do Adriano, passe a publicidade.

Acho que toda esta discussão era escusada e foi o senhor deputado José Toste que a retirou da dimensão municipal e a puxou para o âmbito regional. Neste contexto, quero agradecer a intervenção da senhora deputada municipal Cláudia Cardoso e talvez o senhor deputado José Toste devesse intervir de forma similar. A intervenção da senhora deputada pareceu-me muito ajustada, equilibrada e cheia de razão e não estou a dizê-lo de forma irónica porque, efetivamente, o Governo regional deveria ter feito mais em termos de celebração dos quarenta anos da cidade de património, do que a Bienal Ibérica do Património.

Reconheça-se que o Governo regional fez isso para além da medalha e reconheça-se também que a intervenção da senhora deputada Cláudia Cardoso foi muito ajustada e merece a minha subscrição.

Para terminar, ainda bem que Angra é uma cidade património mundial e agradeço ao senhor presidente da Câmara, este documento precioso; contudo, gostaria de assinalar que não se recuperaram coisas que não existiam no século XVI mas o século XVIII não foi tão pouco importante quanto isso.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de setembro a 30 de novembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade do município manteve-se dentro da normalidade no período que decorreu desde a última sessão desta Assembleia. Na vertente financeira estamos num bom ano de execução e se contabilizarmos a totalidade do orçamento e retirarmos o PRR, estamos a ultrapassar a barreira dos 90 %, ou seja, estamos no ótimo do ponto de vista da execução orçamental.

Nada há a assinalar ao nível da situação financeira do município, que se mantém estável, assim como a vertente do pessoal. Nesta altura temos 336 pessoas ao serviço efetivo do município com o acréscimo de um trabalhador desde a última sessão desta Assembleia, na decorrência dos concursos que aqui foram autorizados.

As obras estão a decorrer com a normalidade possível, sendo que a mais relevante e que tem apresentado alguma dificuldade é a substituição integral da rede de distribuição de águas e dos pavimentos entre a Boa Hora e as Bicas de Cabo Verde. O primeiro troço tem já uma parte asfaltada e o segundo está neste momento a ser asfaltado. Surgiram algumas questões relacionadas com o alargamento da via e a remoção de algumas paredes que dificultavam a visibilidade. Não tinha sido possível chegar a acordo com os proprietários, o que foi acontecendo com o decorrer da obra. Há algum trabalho a fazer ali e um possivelmente prolongamento da obra mas é bom que assim seja porque vamos resolver uma das vias que apresentava maiores dificuldades, particularmente ao trânsito de pesados, devido à largura reduzida da via e à má visibilidade.

Iniciou-se também uma outra intervenção de médio vulto com a substituição dos pavimentos e da rede de águas nas Canadinhas, a ligação entre as Cinco Ribeiras e São Bartolomeu, uma obra que está a decorrer a bom ritmo.

Neste período decorrido desde a última sessão da Assembleia Municipal terminou também a substituição do sistema de ventilação e ar condicionado do Teatro Angrense e do Centro Cultural e de Congressos, o que veio melhorar imenso a funcionalidade daqueles espaços, e foi feita a substituição da iluminação cénica do Castelinho e do Castelo, uma obra de grande vulto, dada a dimensão das muralhas e o investimento que ali foi feito. Trata-se de um sistema moderno de iluminação LED que já se encontra em funcionamento, vai permitir grandes poupanças energéticas e uma iluminação muito mais uniforme e adequada.

Foram também feitos os procedimentos para outras duas obras de grande dimensão. Está em fase de adjudicação e pretendemos iniciar a breve trecho a obra da ligação viária entre as Doze Ribeiras e São Bartolomeu, o chamado Caminho de Cima, que tem troços extraordinariamente degradados, e esta semana obtivemos o visto do Terminal de Contas para o prolongamento do Parque Industrial para Sul com a construção de uma nova estrada que ligará o atual Parque Industrial à freguesia da Feteira, um investimento de cerca de 1,2 milhões de euros que vai permitir a distribuição dos lotes naquela zona e um acesso facilitado à nova fábrica de laticínios que ali está a ser construída.

Foi já aqui referida a obra do mercado municipal que está também em vias de adjudicação. Terminados os prazos dos concursos, foi admitida uma proposta e estão a decorrer os prazos legais para eventuais reclamações, o que provavelmente não acontecerá porque houve apenas um consórcio que entregou uma proposta considerada válida, por isso é quase certa a adjudicação da obra nas próximas semanas.

Uma outra área de atividade do município é a animação do concelho, em particular durante a época natalícia. Temos um programa notável de animação da cidade que se tem mantido viva com os comerciantes a reportarem boas vendas, como se nota pelo crescente número de talões que foram introduzidos na tômbola. No que diz respeito à vitalidade do tecido económico da cidade, diria que as coisas estão a correr melhor do que era esperado.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados.

Quero dar os parabéns à Câmara Municipal pelas comemorações dos quarenta anos de classificação de Angra como cidade património mundial. Foi um programa interessante com grande adesão que demonstrou a importância do património mundial para esta cidade e para os angrenses. Não se ama aquilo que não se conhece e ao longo destes dias de comemoração, foi possível, para quem quis, ficar a conhecer melhor o motivo pelo qual fomos a primeira cidade portuguesa a ser classificada pela UNESCO como cidade património mundial. Digo isto porque, ao contrário de outros, neste grupo municipal não nos coibimos de reconhecer aquilo que é bem feito.

Em relação à informação sobre a atividade municipal que o senhor presidente da Câmara acabou de nos apresentar, na sessão anterior aprovámos a suspensão condicionada

do PDM na Canada da Luz e na Rua Padre Joaquim Borges de Meneses. Tendo sido uma aprovação condicionada, gostaríamos de saber o ponto da situação.

O campo municipal de Angra do Heroísmo, uma infraestrutura com grande importância para a atividade desportiva no concelho que comemorará cem anos no próximo ano, apresenta bastante degradação no piso de relva sintética e possui um deficiente escoamento de águas que, como bem sabem, tem condicionado a prática desportiva. Considerando que aquele piso sintético foi substituído em 2010, pergunto como e quando a Câmara pretende proceder à sua requalificação e quais as alternativas.

Uma outra questão que trago a esta Assembleia prende-se com o fim da época balnear do ano 2023. Na última sessão fizemos aqui um balanço, sendo que, no final da época gerou-se alguma polémica acerca de atrasos no pagamento dos salários aos nadadores salvadores que, na sua maioria, são jovens estudantes que condicionam o seu verão para garantirem a segurança nas nossas zonas balneares e esse dinheiro extra faz-lhes falta. Tendo em conta o protocolo de cooperação que a Câmara Municipal celebrou com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo exatamente sobre esta matéria, gostaria de saber se tem conhecimento desta situação, se a mesma se encontra resolvida e quais as diligências tomadas para que não se volte a repetir, sendo certo que é cada vez mais difícil arranjar quem queira exercer estas funções tão meritórias.

Sr. presidente da Câmara – Congratulo-me com a visão da senhora deputada sobre as comemorações dos quarenta anos de classificação de Angra como cidade património mundial. Creio que as coisas correram manifestamente bem e, de alguma forma, a inauguração da Igreja das Concecionistas e do Centro Interpretativo vieram coroar também esse percurso.

Gostaria de destacar também a produção audiovisual e escrita que foi feita neste período. A Câmara editou dois livros, em breve vai apresentar um terceiro e foram feitos dois documentários que estão a ser transmitidos pela RTP Açores e pela RTP2 e nos deram grande visibilidade. Estão disponíveis na RTP Play, ficando à disposição da comunidade para quem os quiser visualizar e utilizar para fins culturais.

A situação relativa à época balnear e aos nadadores salvadores muito nos incomodou mas não foi da responsabilidade direta do município, já que pagámos as nossas contas atempadamente. A questão teve a ver com a situação financeira da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários que levou a algum atraso nos pagamentos, mas está tudo devidamente regularizado e explicado; contudo, é uma situação a não repetir e será devidamente acautelada na negociação do protocolo do próximo ano.

Temos uma relação intensa de colaboração com esta associação e teremos que aumentar a nossa contribuição. Numa iniciativa louvável dos Bombeiros que contou com o apoio da Câmara, foi criado um grupo de intervenção que levou a um aumento substancial da despesa que será assumida integralmente pelo município, já que não houve disponibilidade da parte do Governo Regional e esta responsabilidade deveria ser partilhada. É importante que esta Assembleia saiba que isto permitiu reduzir em muito o tempo de espera de intervenção e a experiência é extraordinariamente positiva porque os nossos bombeiros passaram a chegar bem mais depressa aos locais onde eram chamados e reduziu-se

substancialmente o número de toques de sirene de chamada de pessoal que não está de serviço.

A eficiência do sistema de socorro melhorou imenso mas tem custos acrescidos, uma das razões que levaram a este atraso nos pagamentos. As coisas não correram tão bem como deveriam mas os bombeiros resolveram a situação. O município tem responsabilidades em matéria de proteção civil e não as enjeita e seria bom que houvesse igual vontade da parte do Governo Regional porque no continente as coisas foram feitas assim. Estamos neste momento a iniciar as negociações do protocolo com os bombeiros para o próximo ano e estas questões terão que ser devidamente resolvidas. Terá que se encontrar uma solução financeira que permita assegurar sem dificuldades o funcionamento do grupo de intervenção que, entretanto, foi criado.

É este o enquadramento da situação e não há culpa da parte dos bombeiros porque também tiveram uma despesa extra e foi preciso acomodar tudo isto. Foi feita uma transição que terá que ser devidamente enquadrada do ponto de vista financeiro para que tenhamos um melhor serviço de socorro, garantindo também a segurança da época balnear.

Como disse na última sessão, esta última época balnear foi das melhores de sempre sem nenhum incidente grave, o que nos deixa extremamente satisfeitos. Tivemos um ano extraordinário do ponto de vista do funcionamento balneário.

Peço ao senhor presidente da Assembleia que conceda a palavra à Senhora vereadora Fátima Amorim e seguidamente ao senhor vice-presidente da Câmara Guido Teles para que possam prestar os esclarecimentos necessários acerca da suspensão do PDM e do campo de jogos municipal.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Bom dia senhor presidente e elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhoras e senhores deputados municipais.

Como foi referido na última sessão da Assembleia, foi enviado para a Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, o pedido de suspensão do PDM para aquelas duas zonas que foram referidas pela senhora deputada Luísa Barcelos e decorreu uma reunião com o senhor Diretor Regional, na qual nos foi solicitado que descrevêssemos em pormenor o investimento que se pretende realizar naquelas duas zonas. Temos mantido algumas reuniões com todo o cuidado em fazer este trabalho em articulação para que o documento final fique de acordo com o que a DRCPL nos solicitou. Está tudo muito bem encaminhado e deveremos obter resposta dentro de pouco tempo.

Lembro que uma daquelas zonas encontra-se completamente ao abandono e o concelho de Angra do Heroísmo não pode perder esta oportunidade de investimento por parte de privados. Informo também que estamos a analisar a revisão do PDM para que possa ser enviada ao Governo Regional no sentido de ser avaliada pela comissão.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas da vereação, senhoras e senhores deputados municipais.

Agradeço a colocação da questão que nos permite também fazer um balanço do investimento bastante considerável que tem sido feito pelo município no parque desportivo municipal nos últimos tempos, melhorando de forma bastante evidente a qualidade das infraestruturas que estão ao serviço da nossa comunidade e dos nossos clubes esportivos.

Este executivo municipal acabou por assumir a gestão e manutenção de grande parte das infraestruturas desportivas do concelho e mediante as necessidades e prioridades de investimento, tem feito um esforço para intervir em todas elas de forma a mantê-las nas melhores condições possíveis.

Nos últimos tempos fizemos três substituições de relevados sintéticos em campos de futebol, começando pelo campo de jogos do Barreiro, seguindo-se o da Ribeirinha e depois o de São Mateus da Calheta, num investimento bastante avultado que ultrapassou o milhão e meio de euros. Os relvados sintéticos são caros, além da necessidade de preparação das caleiras, das estruturas de humidificação dos pisos sintéticos e da substituição da iluminação por equipamentos LED que são muito mais económicos. Foi também feita a substituição de todos os equipamentos a gás por equipamentos elétricos, melhorando assim a eficiência energética em todos estes recintos.

Foi também feito um investimento superior a 1 milhão de euros na reabilitação das piscinas municipais. Não sendo propriedade sua, o município assumiu a gestão para evitar o seu encerramento e as piscinas estão agora em muito melhores condições em termos infraestruturais, permitindo a sua utilização por um número crescente de participantes a nível individual, além dos atletas federados que praticam a sua atividade de natação no concelho de Angra do Heroísmo.

O campo de jogos municipal é uma das infraestruturas mais relevantes devido à sua utilização por parte de diversas coletividades. Em 2010/2011 foi feita a substituição do piso sintético que, após uma análise feita pelo nosso corpo técnico, se verificou estar ainda no período de vida útil que é de quinze anos; contudo, temos estado a acompanhar o seu estado de degradação devido à intensidade de utilização – que é normal – e a preparar uma intervenção que deverá ser feita nos próximos dois ou três anos. Tive a oportunidade de me pronunciar publicamente na comunicação social que temos a noção que aquele campo tem um problema estrutural de escoamento de água e necessita de uma intervenção. Caso seja necessário levantar todo o piso sintético, o que obviamente prejudicará o normal funcionamento da época desportiva, é preferível aguardar pela intervenção de fundo que terá que ser feita dentro do seu período de vida útil.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Muito bom dia a todos. Gostaria que o executivo camarário nos pusesse a par da situação da proposta que foi aqui aprovada por unanimidade para que o Centro Cultural e de Congressos consiga albergar congressos de seiscentas ou setecentas pessoas, o que atualmente não é possível devido ao desequilíbrio entre a sala grande e as salas mais pequenas.

Falando de Angra como cidade património mundial, passei por cá em 1980 e voltei em 1985 e recordo que esta classificação não terá sido aceite unanimemente por parte das

pessoas que até votaram com os pés, movendo-se para a periferia. Nada mais forte do que um voto com os pés, como como dizia o Tiebout.

Estive a analisar isto em 1984 e 1985 e, de facto, o que poderia ter constituído um atrativo imediato para o turismo, não foi devidamente aproveitado mas está a sê-lo agora porque a cidade apresenta todas as vantagens em termos estruturais. Na altura não era nada populista que a recuperação das freguesias fosse feita devagar e optou-se por criar bairros sociais.

Apelo à responsabilidade da tomada de decisões a longo prazo que têm a ver com todos, em vez de decisões particulares. Para se recolher os benefícios a longo prazo é preciso ter algumas certezas e não seguir de acordo com os populismos. Aqui digo muito bem da Câmara Municipal que hoje abriu ao público o Caminho do Farol no Monte Brasil, como foi anunciado, apesar de o professor Álamo não o ter referido.

Grande parte do que fazemos tem a ver com ligações e a utilização do que temos através de mudanças nas regulamentações e no diálogo entre pessoas, mais do que pôr pedra ou asfalto, que às vezes serve só para manter obra e iludir um bocadinho o nosso bem-estar. A liberalização, a mudança e a regulamentação produzem mais efeito e esta obra tem a ver com isso, com a ligação da cidade ao Monte Brasil que é um elemento fundamental. Basta um bom acordo contra o abuso do poder que existe também na Base das Lajes e noutros sítios, achando-se que os bens que existem na região pertencem ao Exército, a este ou àquele e não devem ser otimizados para o bem de todos.

Há ainda muito a fazer em Angra, na ilha Terceira e nos Açores e temos que ter a coragem para decidir no longo prazo. Tivemos pessoas com a visão de classificar a cidade quando estava toda destruída e ainda não a aproveitámos devidamente, mas podemos vir a fazê-lo com iniciativas como esta da Câmara Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Gostaria de louvar este protocolo que foi possível assinar na presença do senhor Chefe do Estado-Maior do Exército que se deslocou à Câmara Municipal por essa ocasião; contudo, infelizmente não vai produzir efeitos imediatos porque é preciso construir um novo paiol, mas a Câmara comprometeu-se, por isso vamos dar início à sua construção.

Temos vindo a fazer um conjunto de investimentos relacionados com a fortaleza por se tratar de uma parte importante do valor patrimonial desta cidade e uma das estruturas que melhor a representam. Sem pretender reacender a discussão anterior, infelizmente temos que assumir também aqui uma despesa da responsabilidade do Governo Regional, que iria construir o Centro Interpretativo, mas é o município que o vai fazer, apesar de não ser uma despesa muito significativa.

E este protocolo é muito importante para a nossa cidade e vai implicar mais algum investimento; visou essencialmente a abertura ao público de toda esta parte leste do Monte Brasil voltada para a baía e a remoção daquele paiol que será substituído por um outro que começaremos a construir nos próximos meses no interior da unidade militar para que sejam para lá transferidos os materiais e possamos abrir ao público sem restrições, a visitação a esta metade do Monte Brasil.

A parte da igreja que diz respeito a restauros está a ser feita, está em vias de adjudicação a obra respeitante a tetos e vãos e na sequência deste protocolo, foi aberto recentemente o concurso público para a reconstrução de um daqueles edifícios mais pequenos situados junto à parada militar no sentido de ali se instalar o centro interpretativo da fortaleza. O Governo Regional tinha assumido essa responsabilidade mas não lhe deu execução, por isso o município resolveu executar a obra face à importância da fortaleza.

Sr. vereador Guido Teles – Iniciámos os trabalhos preparativos para a intervenção no Centro Cultural e de Congressos que será relativamente simples. Chegámos a analisar a hipótese de colocar uns separadores de caráter definitivo naquela sala, um pouco à imagem do que existe na Academia de Juventude e das Artes na Praia da Vitória, mas os custos eram extremamente avultados, por isso temos uma outra solução em vista e no princípio do ano vamos iniciar todos os procedimentos para que o evento que está previsto para agosto, decorra com todas as condições necessárias.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (77/2023/AMAH).

1.2 – Aplicação do Regime de Derrama para 2024. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea d) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – O que se pretende é a manutenção do regime que tem estado em vigor nos últimos três anos, ou seja, manter isentas de Derrama, as empresas com sede no concelho de Angra do Heroísmo, aplicando a taxa legal às empresas que possuam cá estabelecimentos estáveis com sede fora do concelho.

O documento foi aprovado por unanimidade. (78/2023/AMAH).

1.3 – Proposta de taxas do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) para o ano 2024. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do artigo 112.º - A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sr. presidente da Câmara – O que também se pretende aqui é a manutenção da situação anterior, esclarecendo o que é um imóvel em ruínas com a adequação à linguagem que consta no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, e o aumento de 10 % no majorante do IMI sobre os imóveis que se encontrem em ruínas ou em desuso. Há um ano foi anunciado nesta Assembleia que se subiria esta percentagem em cada um dos anos seguintes até se atingir o máximo legal. A taxa passa para os 20 % e o resto mantém-se tal como está.

A proposta constante do Ponto 1.3 foi aprovada por unanimidade. (79/2023/AMAH).

1.4 – Proposta de fixação em 0,25 % o percentual da taxa municipal de direitos de passagem para 2024. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo

25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro e do artigo 18.º do Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara – Não se pretende qualquer alteração desta taxa em relação ao que tem estado em vigor nos últimos três anos.

A proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade. (80/2023/AMAH).

1.5 – Não atualização da Tabela de Taxas da Câmara Municipal e do Parque Industrial para 2024. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Pretende-se para o próximo ano, a manutenção das atuais taxas que sofreram uma redução em 2014. Isto significa uma redução efetiva do valor, tendo em conta a inflação entretanto registada, ou seja, as taxas ficam cerca de 16 % mais baixas em relação ao seu valor inicial de fixação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (81/2023/AMAH).

1.6 – Alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos das alíneas b) e g) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – É introduzida uma alteração que consiste na eliminação das taxas de estacionamento nas zonas C, D, E, F e G e a introdução da gratuitidade do pagamento nos primeiros quinze minutos de estacionamento que não constava no regulamento anterior.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O documento disponível na «nuvem» a que tivemos acesso, contém um conjunto de sublinhados e comentários, por isso pergunto se vamos votar o documento final ou uma versão preliminar.

Sr. presidente da Câmara – O documento que temos aqui para votação é o que foi aprovado em reunião de Câmara. Procedeu-se à eliminação de algumas colunas referentes às zonas de estacionamento que foram extintas e introduziu-se a questão da gratuitidade nos primeiros quinze minutos de estacionamento. Tirando isso, o documento é rigorosamente igual ao que está em vigor desde 2014. Peço desculpa pelo engano no envio do documento anterior à passagem pela Câmara.

A alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Angra do Heroísmo foi aprovada por unanimidade. (82/2023/AMAH).

1.7 – Tarifário dos serviços de água, saneamento e resíduos da Câmara Municipal para o ano 2024. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Mantém-se também aqui integralmente o tarifário em vigor sem qualquer aumento desde 2011 com toda a inflação acumulada, o que significa uma redução muito substantiva do valor que todos pagamos pela água, pelo saneamento e pelos resíduos.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Apenas para dar nota que me parece estar também disponível na «nuvem» uma versão preliminar deste documento, em vez da versão final. De qualquer modo, quero parabentear a Câmara pela não atualização das taxas no seguimento daquela que tem sido também a política aplicada pelo Governo Regional de diminuição da carga fiscal para os contribuintes. Parece que fará sentido apoiar.

Sr. d. m. José Toste – Os serviços de água, saneamento e resíduos do concelho assegurados pelo município mantêm o mesmo valor, apesar da evolução inflacionista dos últimos anos. É uma medida de apoio às famílias que beneficia todos os angrenses que são proporcionalmente consumidores de água, utilizadores do saneamento e produtores de resíduos. Não se tratando de uma medida seletiva que abranja apenas parte da população, o seu paralelismo com a redução do IRS é manifestamente abusivo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (83/2023/AMAH).

1.8 – Atribuição do suplemento de penosidade e salubridade para 2024. Para apreciação conjuntamente com a proposta de Orçamento da Câmara Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Recordo que este é um suplemento atribuído aos trabalhadores que exercem funções na abertura de sepulturas, na recolha e manuseamento de resíduos, na abertura de valas, no tratamento de redes de esgotos e no manuseamento de asfalto a quente, o que raramente acontece no município. De acordo com os termos legais, estes trabalhadores têm direito a receber um subsídio diário nos dias em que exerçam essas funções. Posso adiantar que se pretende a manutenção do quadro de pessoal da Câmara Municipal que, de um total de 368 trabalhadores, conta nesta altura com 335 em efetividade, já que alguns estão no exercício de outras funções ou requisitados para outros serviços. É neste âmbito que se faz a aplicação deste normativo legal.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O grupo municipal da Coligação vai votar a favor desta proposta mas pergunto ao senhor presidente da Câmara se a atribuição anual deste suplemento é necessária por via legal. Pelo título, fica a ideia que se passa a fazer a partir de agora, mas de acordo com a explicação do senhor presidente da Câmara, este suplemento tem vindo a ser atribuído e provavelmente terá que ser renovado todos os anos.

Sr. presidente da Câmara – O dispositivo legal em vigor diz que, na aprovação do orçamento de cada ano, devem ser indicadas as classes profissionais que podem ser beneficiárias deste subsídio e a sua atribuição concreta é feita dia a dia mediante o preenchimento de um documento pelas chefias de cada serviço. Ao aprovarmos o orçamento de cada ano, teremos que renovar esta autorização que não é obrigatória. Há municípios que

não fazem este pagamento e nós estamos a usar uma faculdade que é concedida à Assembleia Municipal para atribuir esta remuneração, o que fazemos de forma justa.

O documento foi apreciado conjuntamente com o Orçamento e GOP da Câmara Municipal para 2024. (84/2023/AMAH).

1.9 – Orçamento da Câmara Municipal e GOP para 2024, apresentando os seguintes valores:

Orçamento:

- Receitas correntes: 26 771 297,00 € (vinte e seis milhões, setecentos e setenta e um mil, duzentos e noventa e sete euros).
- Receitas de capital: 20 067 074,00 € (vinte milhões, sessenta e sete mil e setenta e quatro euros).
- Receitas não efetivas: 582 680,00 € (quinhentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta euros).

Total geral das receitas: 47 421 051,00 € (quarenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e um mil e cinquenta e um euros).

- Despesas correntes: 23 394 897,00 € (vinte e três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e noventa e sete euros).
- Despesas de capital: 22 873 954,00 € (vinte e dois milhões, oitocentos e setenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro euros).
- Despesas não efetivas: 1 152 200,00 € (um milhão, cento e cinquenta e dois mil e duzentos euros).
- Despesa inscrita nas Grandes Opções de Plano:

  Grandes Opções do Plano: 32 738 174,00 € (trinta e dois milhões, setecentos e trinta e oito mil, cento e setenta e quatro euros).

Total geral das despesas: 47 421 051,00 € (quarenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e um mil e cinquenta e um euros).

O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2024, o Plano de Formação para 2024, as Normas Sobre a Execução Orçamental, o Balanço Previsional, a Demonstração dos Resultados previsional e a Demonstração dos Fluxos de Caixa previsional. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – O orçamento para o próximo ano é de 47 421 051,00 € mas lembro que, numa primeira fase, temos consignados 15 milhões de euros do PRR Habitação que constam no orçamento na contingência de serem executados. Expurgando este valor, temos um orçamento maior do que o dos anos anteriores porque as transferências do Estado para as autarquias tiveram um aumento muito substancial de cerca de 3 milhões de euros.

Não estão aqui incluídos 1,3 milhões de euros do protocolo assinado com o Ministério da Cultura nem a redução da despesa com pessoal que corresponde à transição dos trabalhadores do município e das juntas de freguesia para o regime geral da ADSE a partir de 1 de janeiro do próximo ano. Até agora as despesas da ADSE eram assumidas pelo orçamento municipal, um peso de cerca de meio milhão de euros que desaparecerá mas, por outro lado, haverá um aumento muito substancial da despesa com pessoal que rondará os 700 mil euros.

O orçamento de Estado para o próximo ano determina a progressão na carreira dos funcionários que obtiveram um conjunto de pontuações que não se traduziram numa progressão nos últimos cinco anos. Assim, haverá um acerto na progressão de carreiras que implicará um aumento generalizado de vencimentos em cerca de 700 mil euros anuais. Acaba por haver algum equilíbrio porque deixámos de pagar a ADSE mas passaremos a pagar mais, e ainda bem que assim é, porque os trabalhadores do município continuam a ser os mais mal pagos da administração pública, alguns com vencimentos na casa dos 760 euros mensais. Ganha-se muito mal nos municípios e este aumento vem no bom sentido, já que foi devidamente compensado pelo aumento das transferências do orçamento de Estado e não é motivo de preocupações para nós.

Do ponto de vista das finanças municipais, no próximo ano daremos prioridade ao investimento em vias. Como o senhor vereador Paulo Lima teve oportunidade de anunciar na última sessão desta Assembleia, temos neste momento em execução e concurso, 6 milhões de euros em vias. Estivemos à espera de alguma disponibilidade no próximo quadro comunitário, o que não aconteceu, por isso estamos a iniciar um processo de melhoria dos pavimentos das vias municipais, que se prolongará pelos próximos dois ou três anos, e estamos também a investir nas vias regionais na substituição daqueles remendos mal feitos que eram da responsabilidade da Câmara, um trabalho que foi já concluído no troço entre os Altares e São Pedro. Estamos a trabalhar em pequenas áreas por aqui fora e vamos para a parte leste do concelho. Devem ter reparado que a Estrada Regional está bastante mais lisinha porque se retiraram aquelas valas mal tapadas e os remendos mal feitos.

Esperamos também o arranque da obra do mercado municipal que não terá uma grande expressão financeira em 2024 por se tratar de um processo de conceção-construção em que a primeira fase é de conceção e licenciamento. Não haverá grande investimento físico na primeira metade do ano e provavelmente só teremos obra lá para meados ou fim do ano que vem, de qualquer forma há que preparar o orçamento para enfrentarmos um investimento de 12 milhões de euros, que só eventualmente serão cofinanciados, porque o quadro comunitário ainda não está muito claro.

No que diz respeito ao PRR que tem um grande peso na execução orçamental de 2023 e 2024, tencionamos inscrever 15 milhões de euros de imediato com a possibilidade de inscrever outros 15 milhões em meados do ano se as adjudicações decorrerem ao ritmo que pretendemos.

Estamos a tomar uma posição de cautela para evitar inflacionar desnecessariamente o orçamento. Poderíamos apresentar um orçamento de 60 ou 70 milhões de euros o que, obviamente, não corresponde à realidade para o povo desta terra. Temos três empreitadas

adjudicadas, algumas a concurso e outras à espera de visto. Se o ritmo se revelar adequado, a nossa perspetiva é executar pelo menos estes 15 milhões de euros e a meio do ano faremos um reforço com igual verba.

Uma outra área importante de investimento é o apoio às instituições e às juntas de freguesia que tem também um crescimento substancial este ano. Pensamos chegar perto dos 3 milhões de euros de investimento global na melhoria de edifícios de uso coletivo e outras estruturas.

A área do apoio social cresceu também substancialmente, já que o município tem vindo a assumir o apoio ao arrendamento, um custo que é muito elevado. Atingiremos provavelmente o meio milhão de euros nestes apoios ao longo do próximo ano, já que passámos a assumir um trabalho que era feito pela Direção Regional da Habitação.

Infelizmente as bolsas de estudo dos estudantes do concelho continuam a aumentar, um setor onde ultrapassámos já os 750 mil euros de apoio.

Temos uma redução muito substancial do endividamento. Em outubro deste ano a nossa dívida estava na casa dos 8 milhões de euros e a estimativa é que baixe para os 6 milhões no fim do próximo ano, dos quais, apenas 1,872 milhões serão dívida do município; o valor restante é da responsabilidade da administração regional e do IHRU e nós fazemos apenas de pagadoria.

Os empréstimos que ainda estão ativos e destacados a cor de laranja na proposta de orçamento são de habitação e temos ainda dois empréstimos excluídos referentes a um investimento que foi feito pelos Serviços Municipalizados, uma dívida que continuamos a amortizar, por isso continua a aparecer essa referência no orçamento. Contudo, são dívidas muito pequenas com taxas de juro de 0,4 %, o que significa que mais vale deixá-las ficar como estão porque não se conseguem empréstimos em lado nenhum com taxas destas e isto não interfere com o bom funcionamento do município.

Fica também aqui reservada a possibilidade de recorrermos à banca para a obra do mercado municipal, uma opção que terá que ser tomada a meados do próximo ano e tem também a ver com a manutenção de outros investimentos. O nosso município liberta cerca de 7 milhões de euros todos os anos para investimento discricionário que podemos decidir onde colocar, para além das despesas mais ou menos obrigatórias. Poderíamos construir o mercado com verba própria do município mas isso obrigaria necessariamente a uma redução do investimento noutras áreas e a situação das estradas é muito urgente.

O que estamos a dever não tem qualquer efeito sobre a capacidade de endividamento e a gestão financeira do município, por isso creio estarmos em condições de, em meados do próximo ano, optar por fazer um empréstimo exclusivamente destinado ao investimento no mercado municipal que ficará contingente ao apoio comunitário que venhamos a obter para essa obra, ou seja, teremos provavelmente alguns fundos comunitários que nos permitirão construir o mercado a um custo bastante mais reduzido para o município.

A situação orçamental da Câmara é muito boa e temos um orçamento equilibrado para o ano 2024 que não nos coloca quaisquer dificuldades de execução. Lembro que a última vez que este município recorreu ao endividamento foi em 2011 e nesta última década reduzimos

a dívida em cerca de 30 milhões de euros para o valor que há pouco referi na casa dos 6 milhões, sendo que a dívida do município é cerca de 1,9 milhões de euros e o valor restante é pago por outras entidades.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Dou os parabéns à Câmara Municipal por este documento, que é legível e está bem apresentado, melhor do que o do ano passado, e sei que estas coisas dão sempre muito trabalho.

Já critiquei o Governo Regional por anunciar que a região, o país ou a Europa vão crescer, um diagnóstico que não nos diz respeito nem nos causa problemas, mas somos responsáveis pelo que acontece no município em termos económicos. Independentemente do que vier de fora, temos que fazer com que as nossas decisões promovam o desenvolvimento do município de Angra, da ilha Terceira e também da região.

Os problemas da ilha são as dívidas criadas pelo PS durante anos e, de alguma forma, reforçadas pelo PSD, uma situação que diz respeito a todos. Foi necessário aumentar a dívida durante a Covid-19, ainda por cima com juros mais altos, depois houve um ano em que baixou, mas dá a impressão que se esqueceram disso.

Este é um problema que diz respeito à votação das pessoas. O António Costa, o Mário Centeno e o Vítor Gaspar perceberam o drama da dívida do Sócrates e nós percebemos também que agora a dívida do Sérgio Ávila tira atualmente 3000 empregos na região que afetam 10 000 pessoas e 500 empregos no município de Angra que prejudicam 1500 pessoas.

Se não percebermos o que tira emprego aos nossos filhos, estamos mal porque o dinheiro tem que vir de algum lado e depois temos que pagar os empréstimos. Há um beneficiozinho no emprego no ano em que se cria a dívida, mas depois é preciso fazer as contas nos anos seguintes ou para todo o sempre. É preciso coragem para, no curto prazo, usar algum desse dinheiro extra que vem de fora para pagar a dívida.

Depois de alguns disparates em termos de dívida nas décadas passadas, este executivo tentou controlar a situação, como disse o professor Álamo. A dívida diz respeito a todos, sobretudo às gerações futuras, e é por causa da dívida que não crescemos nos Açores em termos de população porque isto reflete-se passados dois anos e quem não tem emprego, vai-se embora.

Andamos a atrasar a tal camioneta que vem do aeroporto e é preciso ir à Praia para voltar aqui, o que torna o transporte dos turistas para os Açores 50 % mais caro, se as pessoas vierem na RYANAIR. Estamos a empurrar com a barriga esta questão dos táxis e da ligação ao aeroporto e a defender o interesse particular em vez do interesse público. Quem chega ao aeroporto que fica a 20 km, é importante que tenha um transporte público que o traga para Angra, senão toda a cadeia de valores vai para os taxistas quando as pessoas poderiam chegar aqui por 3 euros. Quando se reduz o preço do acesso ao município, aumenta-se naturalmente o turismo durante o verão ou o inverno porque as pessoas que nos vistam fazem contas; se lhes sair demasiadamente caro à primeira, à segunda já não vêm, por isso deveríamos ter uns diagnósticos mais aplicados à escala do município, tanto para um lado como para o outro.

Há aqui uma designação com o nome «asfaltamento das sobras» que me parece terrível. No fundo, o que se está aqui a dizer é: «Ó doutor; há ali mais uma canadinha, o

senhor ponha o asfalto um bocadinho mais para lá para chegar à minha casa ou ao meu terreno.» Isto é atender a um interesse particular quando há imenso para fazer em termos de interesse público no que toca a asfaltamentos e passeios. Essas estradas para São Bartolomeu são relativamente fáceis de fazer porque não envolvem o controlo com ninguém, mas há que fazer a pergunta se não seria melhor construir passeios em São Bartolomeu ou nas Doze Ribeiras.

É fácil fazer estradas e pôr água. Vocês estão a aumentar o *urban sprawl* como acontece nos Estados Unidos e depois há canadas e canadas cheias de equipamentos públicos e as que precisam de passeios ou de estacionamento, não os têm. É fácil fazer este tipo de obras mas não dá milhões e há outras opções que criam maior eficiência na afetação de dinheiros públicos, quando há ainda caminhos perigosíssimos onde se dá benefício aos carros e não aos peões, à atração para Angra e não propriamente às obras ao nível de cada freguesia. Enfocando mais uma vez o que disse há bocadinho, é preciso coragem no curto prazo. A medida mais populista é fazer estradas, mas se calhar as mais certas serão outras que se fazem notar a longo prazo.

Voltando à questão que foi levantada nas discussões prévias sobre a votação nas nossas freguesias e estes 20 000 euros que são distribuídos, pergunto se temos autorização para afetar 380 000 euros às juntas de freguesia sem uma candidatura e sem se saber o que vão fazer. As juntas de freguesia já recebem alguma verba e não estou a discutir se seja eventualmente a melhor forma de a aplicar, porque é descentralizada, mas isto faz com que o presidente da junta de freguesia – de uma força política ou de outra – não tenha oposição interna e se mantenha por ser aquele que traz dinheiro de fora como acontecia no tempo do Mota Amaral, que também se mantinha porque era capaz de trazer dinheiro de fora.

Isto é contra o processo democrático. Primeiro deveriam ser analisadas as opções porque isto dá dinheiro aos presidentes de juntas de freguesia mas anula as alternativas internas que nada têm a ver com política. É claro que se estão a atribuir estas verbas a entidades públicas ao nível municipal e umas gastá-las-ão melhor do que as outras, mas a forma de aprovarmos isto aqui é minar um bocadinho as eleições ao nível das freguesias.

Assim como o Governo Regional não pode distribuir verbas para os municípios e refilamos com essa afetação, ao nível municipal e das freguesias devemos ter uma atitude semelhante de respeito pela democracia e pelos eleitores porque esta forma de distribuir dinheiro não é o espírito da lei. O Alberto João Jardim queria aplicar isto na Madeira conforme o Governo Regional decidisse, mas felizmente não foi aprovado porque não é esse o espírito da lei das finanças locais e para a próxima devemos ter algum cuidado com essa afetação de verbas.

As coisas são muito difíceis no que diz respeito à ação social e a Câmara tem que ter a distância para ver as coisas. Estamos neste momento com 48,82 % de ação social e bem sei que estão lá os apoios às rendas que são fundamentais, mas diminuem-se construindo habitações nos sítios certos, em vez de bairros sociais mais longe. Faço com que as pessoas com menos recursos, aumentem a capacidade de pagar renda, se a localização da habitação for bem feita.

Por fim, acho muito bem que haja o Rádio Clube de Angra e o Diário Insular e tenho pena que estes órgãos locais tenham problemas, mas não podem viver de apoios; têm que ter alguma criatividade e o Pedro Ferreira, que interveio no início desta sessão, é capaz dessa criatividade.

Não basta criar mais dependência na ação social. É preciso ter uma visão do que estamos a dar, nomeadamente na universidade, e estamos a gastar quase um milhão de euros.

Sr. presidente da Câmara – Estas são as opiniões que o PPM aqui traz, que respeito, e informo que as «sobras» são isso mesmo, apesar do nome parecer um pouco deselegante. Cada vez que alguém constrói uma casa e, por regulamentação municipal é obrigado a mover a sua parede para trás, fica aquilo a que chamamos uma sobra, ou seja, um espaço diante da casa que deve ser asfaltado pelo município.

Creio que o melhor investimento neste concelho é o que tem sido feito pelas juntas de freguesia que, com pouco dinheiro, conseguem fazer obras de grande importância comunitária, e não se pense que não há qualquer controlo, porque as juntas de freguesia apresentam anualmente a sua candidatura que é apreciada em Câmara, e vamos periodicamente às freguesias para reunirmos e analisarmos os respetivos investimentos, por isso não é dado um cheque em branco. As juntas de freguesia prestam um grande serviço ao município ao fazerem esses investimentos que, de outra forma, sairiam bastante mais caros e menos céleres. Volto a afirmar que o melhor que se faz neste concelho é levado a cabo pelas juntas de freguesia.

Sr. d. m. José Toste – Cumpre destacar algumas linhas neste orçamento que é apresentado pela Câmara Municipal. O primeiro objetivo de qualquer orçamento é o equilíbrio que, muitas vezes é obtido através do recurso ao endividamento ou ao inflacionamento de algumas receitas, uma metodologia que não tem sido seguida por este município.

Este executivo camarário apresenta um orçamento equilibrado com uma espectativa pessimista através das receitas do município; enquadra-se num certo movimento de contas certas, que em Portugal tem uma tradição recente inaugurada por alguns ministros das finanças, mas era já apanágio desta Câmara. Um outro dado histórico relevante já aqui referido é o facto de este município não recorrer ao endividamento desde 2011, não porque não possa, mas porque não precisa de o fazer, tendo vindo a reduzir a dívida paulatinamente.

A contração de dívida para despesas de funcionamento é um erro e um mau princípio, mas há que fazer um equilíbrio de ponderações quando a mesma é utilizada para a construção de infraestruturas que beneficiam a população, deixando um legado para as gerações futuras, como me parece ser o caso do mercado municipal. A dívida é má quando é utilizada para satisfazer apenas o presente, ou seja, para despesas de funcionamento ou para o aumento de funcionários públicos ou de cargos políticos num governo regional ou numa administração municipal.

O município tem feito um bom trabalho de redução da dívida durante mais de dez anos, o que lhe permite o recurso ao endividamento sem comprometer as gerações futuras, criando margem para decisões políticas de longo prazo. O recurso à dívida não é mau quando contribui para a criação de uma janela de oportunidades em benefício das gerações futuras sem onerar excessivamente as atuais. A ponderação do endividamento deve ser feita nos dois sentidos.

Quanto aos objetivos pretendidos pelo município neste orçamento, já se falou aqui das medidas anti-inflação, mas nunca é demais referir que a manutenção dos preços da água, do saneamento e dos resíduos desde 2011, significa que as pessoas estão a pagar cada vez menos devido ao quadro da inflação relativo aos restantes bens e serviços.

Este município tem demonstrado também uma visão relativamente ao investimento na rede viária concelhia. Finalizou um ciclo forte ao nível do património, que teve já os seus reflexos, e decide orientar agora o investimento para as vias públicas. Não se está apenas a correr para tentar tapar uns buracos de situações de crise que vão surgindo, trata-se de um projeto de investimento com uma visão de futuro.

Existem outros pequenos apoios não menos relevantes ao nível do parque escolar, do desporto e da habitação, dos quais o Governo Regional se afastou, obrigando o município a intervir, o que me leva a questionar o executivo municipal acerca das verbas que têm sido alocadas pelo município em tarefas que deveriam ser executadas pelo Governo Regional e não podem por isso ser libertadas para investimentos diretos no concelho.

Sr. presidente da Câmara – A resposta a esta pergunta é muito difícil porque os limites entre o investimento do município e do Governo Regional acabam por ser um pouco fluidos. Dou como exemplo o festival AngraJazz que, tradicionalmente, era financiado em 80 % pelo Governo Regional e 20 % pelo município, mas a situação inverteu-se e o mesmo aconteceu com a generalidade dos eventos nas áreas cultural e desportiva, adicionando em particular a ação social, cujas necessidades estão a crescer rapidamente.

Numa estimativa da execução deste ano que agora termina, devemos ter ultrapassado o milhão e meio de euros, um valor que continua a aumentar. É muito difícil fazer uma avaliação clara porque os investimentos eram partilhados em valores que iam oscilando, mas temos 1 milhão de euros no orçamento que terá provavelmente esse destino. A incerteza persiste para o próximo ano porque desconheço a postura que virá a ser adotada pelo Governo Regional, mas dar-vos-emos notícias ao longo do ano.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Gostaria de precisar alguns aspetos de acordo com a perspetiva desta bancada. O senhor deputado municipal José Toste referiu que não devemos comprometer as gerações futuras, mas não devemos comprometer também as gestões futuras e há efetivamente exercícios de executivos anteriores que comprometem a gestão dos executivos seguintes. Não precisamos de ir muito longe, basta vermos as dificuldades com que se está a deparar o atual executivo da Câmara Municipal da Praia da Vitória, comprometendo alguns aspetos que têm a ver também com toda a ilha devido a gestões anteriores irresponsáveis, uma situação que também se pode pôr em termos de Governo.

Neste debate é muitas vezes apresentada uma perspectiva que, a meu ver, não é totalmente objetiva. Quero com isto dizer que, se a Câmara Municipal põe verbas em determinadas obras ou iniciativas culturais é porque tem uma competência concorrencial com o Governo Regional. O senhor presidente e a vereação da Câmara não cometem ilegalidades nem vão além das suas competências quando financiam determinadas iniciativas culturais, desportivas ou sociais, porque o podem fazer legalmente.

No que respeita às bolsas de estudo, à habitação e a uma série de outras áreas, a competência é concorrencial, por isso faço a justiça de reconhecer que o executivo camarário não comete nenhuma irregularidade ao atribuir verbas do orçamento a estas áreas e também não acho que esteja a substituir-se naquilo que o Governo Regional não faz. A Câmara Municipal está a exercer a sua atividade concorrencial, preocupando-se com o que vai acontecendo em função das prioridades do Governo Regional.

Por existirem órgãos regionais e autonomia, há funções que, no continente são assumidas pelas autarquias, e na região são da responsabilidade do Governo Regional, o que acaba por libertar verbas para as câmaras municipais. Não sejamos tão simplistas ao ponto de dizermos que a Câmara Municipal está a substituir este Governo Regional que teve que se impor nas questões que considerou mais prioritárias. A Câmara Municipal entendeu que devia apoiar essas atividades culturais e desportivas e nós não temos nada contra porque são também da sua responsabilidade, caso contrário, estaria a cometer uma ilegalidade e nós não gostaríamos de ter que ir levar cigarros a ninguém. Ponhamos as coisas nos seus exatos termos.

Ninguém mais do que esta bancada da Coligação defende os investimentos feitos pelas juntas de freguesia. Seguindo o princípio clássico da subsidiariedade, entendemos que, por estarem mais próximas da população, as instituições ou entidades de um nível mais baixo de organização devem fazer o que estiver ao seu alcance. A Câmara Municipal tem-se portado benzinho mas pode ir mais longe na atribuição de verbas às juntas de freguesia que podem resolver vantajosamente muitas mais situações em relação à Câmara Municipal.

Os executivos municipais preferem não desagregar verbas quando fazem orçamentos. É muito mais confortável distribuir 380 mil euros por dezanove freguesias em vez de atribuir 10, 20 ou 40 mil euros para cada uma delas de forma individual. A agregação ou desagregação de verbas é uma discussão antiga entre as entidades executivas e as entidades deliberativas. Queremos mais cooperação entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia e quanto menos discricionariedade por parte do executivo camarário, melhor. Já que se falou aqui em tantos princípios de boa gestão que devem ser seguidos, gostaria de acrescentar também este.

Sr. presidente da Câmara – Chamo a atenção do senhor deputado Carlos Costa Neves para o que consta nas páginas 26 e 27 do orçamento, onde poderá verificar ao pormenor o dinheiro que é desagregado e transferido para cada uma das freguesias. Já agora, também lhe digo que, nos Açores e provavelmente a nível nacional, somos um dos municípios que mais longe vai e é pena que não haja mais gente do seu partido a ouvir isto.

Subscrevo o que o senhor deputado disse sobre as competências que, de facto, são concorrenciais, mas lembro que o Governo Regional dos Açores fica com a totalidade dos impostos e ainda recebe transferências do orçamento de Estado, enquanto no continente foi estabelecido um regime de transferência financeira para as autarquias que exercem competências muito mais alargadas. Na última reunião em que participei foram transferidos para as autarquias do continente e para esse fim, 1800 milhões de euros, um financiamento a que não temos acesso.

Uma câmara municipal da nossa dimensão no continente teria um orçamento provavelmente quatro ou cinco vezes superior ao nosso e a grande diferença é que o Governo Regional dos Açores fica com a totalidade dos impostos que pagamos, menos 5 % do IRS e 0,37 % do IVA, o que é uma fortuna; ficamos imensamente gratos por essa grande transferência.

No continente são transferidos valores muito substanciais para as autarquias para a execução dessas competências. Dado que estão disponíveis na internet, os senhores podem comparar os orçamentos dos municípios do continente semelhantes ao nosso. O município de Alenquer, por exemplo, que é um pouco maior do que o nosso em termos de população, ultrapassou os 120 milhões de euros de orçamento, enquanto nós temos pouco mais de 30 milhões. A diferença tem a ver com a execução dessas competências que, no caso dos Açores, são concorrenciais – e ainda bem que assim é – mas um dos lados tem vindo claramente a apagar-se e esperemos que esta realidade se inverta para que possamos continuar a financiar aquilo que deve ser financiado.

Ainda bem que as instituições do nosso concelho continuam com a vitalidade necessária para continuarem a exercer as suas funções e o mesmo acontece com as nossas juntas de freguesia. Folgo em conhecer a opinião do senhor deputado Carlos Costa Neves que, pelos vistos, não é unânime na bancada da Coligação.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante vereação, colegas deputados municipais.

A Direção Regional da Cultura não executou o que estava orçamentado para este ano e já abriram as candidaturas ao RJAAC para o próximo ano. As candidaturas apresentadas até setembro do ano passado estiveram em cima das secretárias de setembro de 2022 a junho de 2023 à espera das reuniões do júri. A DRAC reuniu, o júri analisou e o que recebemos foi um *e-mail* enviado pela DRAC a dizer que tinham feito a sua parte e agora as finanças que pagassem.

A respeito desta conversa dos vinte e tal anos, recordo que as dívidas são projetadas para o futuro. Quando Carlos César entrou para o Governo Regional pela primeira vez, havia dívidas anteriores e o mesmo se passou com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, que foi aqui hoje referida. Dizem que a inversão da situação foi uma opção da Câmara; se não fosse a Câmara de Angra, não teria sido possível realizar uma série de eventos como o festival AngraJazz, por exemplo. O festival Santa Maria Blues esteve quase cancelado, para não falar do MiratecArts no Pico ou do COFIT na ilha Terceira. A Câmara de Angra interveio porque houve uma clara opção ideológica da Coligação que neste momento governa a região, em não

apoiar aquilo que sempre foi apoiado todos os anos, independentemente de haver maiores ou menores dificuldades.

O Teatro Miramar em Rabo de Peixe, que todos os anos desempenha uma função fabulosa de combate à pobreza, esteve para ser vendido em hasta pública numa convocatória do Teatro Micaelense que foi enviada. O presidente do Governo Regional teve o desplante de dizer: «Não percebo o vosso medo porque isto não vai acontecer e eu não sei de nada.» Como se não tivesse sido ele a dar a ordem para que, na convocatória, esse património fosse colocado à venda em hasta pública.

Custa-me imenso ouvir deputados da bancada da Coligação que suporta este Governo Regional, como o nosso querido deputado Carlos Costa Neves, dizerem que isto é uma questão de opção porque há muitas dívidas para pagar o que, no que diz respeito à cultura é falso, já que todos os anos são inscritos 700 mil euros no orçamento da região e este ano foram executados apenas 120 mil para as filarmónicas, acima de tudo, em São Miguel.

Sr. d. m. José Toste – Em resposta à intervenção do senhor deputado Carlos Costa Neves, em momento algum partilhei aqui o entendimento que o município de Angra estaria a praticar algum tipo de ilegalidades; longe de mim, porque essa função não me está atribuída e nem quero provocar este tipo de acusação que ultimamente tem sido feita por algumas direções regionais relativamente ao nosso executivo municipal.

É verdade que há competências partilhadas, mas já assim era no passado, como um dos exemplos que foi aqui dado pelo senhor presidente da Câmara em relação ao festival AngraJazz que era apoiado em 20 % pela Câmara Municipal e 80 % pelo Governo Regional, mas nos últimos três anos houve um desequilíbrio e a Câmara viu-se obrigada a apoiar o festival em 30, 40, 50 e 60 %, à medida que o Governo Regional ia recuando com o seu apoio.

Ninguém diz que o município esteja a intervir em áreas que não são da sua competência, o que acontece é que se vê obrigado a intervir com maior intensidade porque o Governo Regional vai recuando nesses apoios dia após dia. A Câmara poderia simplesmente continuar a apoiar esses eventos de acordo com o seu histórico mas o concelho acabaria por perder grande parte dos seus festivais e outras atividades culturais e desportivas.

Das duas, uma: o Governo Regional tinha uma estratégia de desertificar a ilha Terceira de eventos culturais e desportivos – um desígnio que não foi alcançado porque o município se chegou à frente – ou tinha uma visão ainda mais maquiavélica, retirando a sua participação no concelho na esperança que o município cubra financeiramente todas essas áreas.

É reconhecido por todos que as competências são partilhadas mas o problema reside na proporção e os eventos apenas aconteceram porque o município de Angra assumiu a fatia de investimentos e participação pública que, tradicionalmente, competia ao Governo Regional. Foi aqui que os últimos três anos se verificaram profundamente desequilibrados.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Já dedicámos muito do nosso tempo no Período de Antes da Ordem do Dia a questões que vão muito para além das competências da Câmara e da Assembleia Municipal, embora o grupo municipal do Partido Socialista tenha aproveitado para

fazer um pouco de campanha pré eleitoral e os membros desta bancada vieram aqui para falarem de questões da Câmara e da Assembleia Municipal.

A nossa principal preocupação é a transparência no orçamento e na atividade da Câmara Municipal. Transparência e cumprimento da legalidade porque vivemos num Estado de direito. Dizemos que não gostamos de verbas agregadas, que dão mais maleabilidade aos executivos, mas são uma discricionariedade que não gostamos de ver. Por um lado estão definidas as verbas que vão para as juntas de freguesia mas, felizmente, há muitas outras verbas que não estão identificadas que vão também para as juntas de freguesia.

É uma questão de transparência e redução da discricionariedade. Não tenho razões para acusar o senhor presidente da Câmara mas a discricionariedade abre sempre a porta a amores e desamores, ou seja, gosto muito da junta de freguesia tal e não gosto da outra, aprecio muito o trabalho do senhor presidente da junta de freguesia A mas não aprecio o trabalho do senhor presidente da junta de freguesia B, por exemplo. Se houver discricionariedade na utilização do orçamento, esses amores e desamores têm consequências nos financiamentos e é isso que queremos tornar muito claro e muito preciso.

Uma outra questão que quero tornar clara e precisa é a utilização da palavra «substituição», dizendo-se que a Câmara se substitui ao Governo Regional. Não substitui. A Câmara substituir-se-ia ao Governo se não tivesse competência para executar o que está a executar. São prioridades da Câmara que fez esta opção e são prioridades do Governo Regional que está confrontado com as suas limitações. Referindo duas situações, com os 80 milhões de euros das Flores mais os 400 milhões da SATA, já vamos em 480 milhões. Se calhar, este dinheiro seria bom para o património e para outras iniciativas necessárias à região e não podemos deixar de ter em conta o período de governação.

O património e a cultura são muito importantes mas o primeiro Governo socialista de Carlos César partiu de uma baze zero porque as dívidas do anterior Governo foram-lhe cobertas, mas já estamos a recuar 27 anos, por isso deixemos isso para trás. Na altura houve também solidariedades nacionais como: «Guterres, dá-me um sinal». Os que têm mais de cinquenta anos lembram-se desses episódios, por isso não vale a pena relembrá-los, e o importante é que haja rigor na discussão. A cada um, os malefícios e os benefícios que cada um nos traz.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Cada projeto tem que provar ser vantajoso através dos impostos e dos benefícios que poderá gerar. Há formas de avaliar projetos privados mas não é com certeza com estes engenheiros do aeroporto de Lisboa que põem tudo ali e depois escolhem o que querem. É preciso analisar como o dinheiro é gasto e se esses projetos vão gerar benefícios contabilizáveis em termos monetários.

Estamos a dar dinheiro às freguesias – e muito bem – mas estamos também a fomentar um debate interno claro sobre a melhor forma de aplicar os dinheiros. De facto, estão lá discriminadas algumas verbas mas estamos aqui aprovar dinheiro dos contribuintes. Sim senhor, confiamos, tome lá, mas às vezes somos capazes de estar a discutir verbas de 10 e 20 mil euros para distribuir para aqui e para ali em que não existe a mesma votação ou o mesmo apoio.

O que devemos fazer aqui na Assembleia Municipal é votar o orçamento e não, delegar na Câmara a seleção de projetos. Nas contas devem constar os projetos que foram aprovados com aqueles 20 mil euros, prever de alguma forma o que se vai fazer e se as juntas de freguesia estão a utilizar bem o dinheiro da Câmara.

As coisas devem, de facto, mudar no que diz respeito às verbas a nível nacional, mas cabe ao PSD e ao PS, que normalmente estão no poder, fazerem a legislação a nível regional que permita uma maior delegação e capacidade de poderes ao nível dos municípios e das freguesias.

O dinheiro tem que vir de algum sítio e quando sancionamos um orçamento, olhamos para as despesas e para as receitas. Se olharmos apenas para as despesas, caímos nos erros do passado, acumulando dívidas, porque os políticos achavam que bastava dar sem fazer as contas do que se viria depois a pagar. Houve essa ilusão com a entrada no Euro, uma culpa percebível porque as taxas de juro baixaram imenso e todo o Portugal embandeirou em arco com a dívida.

É preciso ter muito cuidado depois de todos os desastres que aconteceram ao nível nacional, que ainda não aconteceram na região porque estamos com 66 % do PIB, mas podemos eventualmente embarcar por um caminho em que depois nos saia muito caro voltar atrás. O ex-primeiro-ministro António Costa diz que, o melhor que fazemos, é controlar a dívida e selecionar os bons projetos.

Termino, dizendo que todo o dinheiro que tem vindo da União Europeia não tem surtido qualquer efeito em termos de emprego e está sempre a crescer porque a seleção de projetos que fazemos não será eventualmente a melhor. Em cinco ou dez minutos, temos que verificar se os projetos vão gerar impostos e não estamos a fazê-lo.

Sr. d. m. Rogério sousa – Tenho que insistir na palavra «substituição» porque há efetivamente uma permuta quando o Governo Regional abre e assume uma candidatura com uma base legal, exigindo documentação triplicada ou quadruplicada, dependendo do número de projetos. Há entidades nos Açores que apresentaram sete e oito projetos, às quais foram exigidos sete e oito vezes os mesmos currículos, os mesmos cartões de cidadão, os mesmos documentos de IBAN, etc. Há dias, o Terry Costa do Pico falava disto no Facebook. Sabemos como as coisas funcionam e existe um enorme trabalho burocrático porque não há transição digital e nunca houve uma grande visão de cultura.

Quando ouço algumas pessoas dizerem que a cultura também é importante, lembro-me de Winston Churchill. Quando alguém lhe perguntava porque se havia de defender a cultura, ele respondia: «O que te vai restar, senão for a cultura?» É a cultura que nos identifica. Nós conseguimos discutir porque temos uma língua. Quando a língua está em perigo manifesta-se até na matemática.

Não tenhamos a ilusão de que as questões do mundo económico-social, nada têm a ver com a cultura, antes pelo contrário. Muitos de nós que aqui estamos, somos educados e temos acesso à cultura. Infelizmente, muitos chegam à idade adulta e esquecem-se que os jovens precisam de cultura. As entidades culturais candidataram-se em 2021, em 2022 foi pior, estamos em 2023 sem execução do RJAAC e há entidades com dívidas de 15 mil euros

que pagaram a fornecedores porque têm vergonha na cara. Dizem que isto é uma questão de opção quando, de acordo com o INE, o Governo da Coligação aumentou a dívida dos Açores em 658 milhões de euros em dois anos e não tem 750 mil para fazer cantar um cego na área da cultura.

Lamento tudo isto e não posso deixar passar esta ideia de pôr paninhos quentes. Até parece que o anterior Governo não sabia fazer orçamentos nem apresentar candidaturas ao Fundo Social Europeu e só acumulou dívidas.

Há pouco falava-se dos nossos congéneres do município da Praia da Vitória, que subiram os impostos contra a vontade de todas as freguesias do concelho, sendo que apenas uma votou favoravelmente para fazer face à falta de liquidez, quando o penúltimo ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia era sobre a transferência de 750 mil euros da Cooperativa Praia Cultural para a Câmara Municipal.

Vamos falar das coisas de uma forma minimamente séria. Se acham que a cultura não é importante, digam-no. É uma questão ideológica. Ainda me lembro de brigar politicamente no jornal com deputados do PSD, nomeadamente o saudoso Joaquim Machado que me dizia: «Não entendo como um socialista como você desconsidera o Conselho Regional de Cultura que é a coisa mais importante.» Eu respondi que era apenas consultivo e não serve para nada. A Coligação levou dois anos e meio a nomear as pessoas para o Conselho Regional de Cultura e passaram três anos sem que saísse a lista das obras recomendadas pelo Plano Regional de Leitura da Direção Regional da Educação.

Temos imensos problemas nas escolas ao nível das estruturas. As autarquias intervêm nas escolas do 1.º ciclo, o que não acontece no concelho da Praia da Vitória. Está tudo concentrado na Direção Regional das Obras Públicas, a educação perdeu e partiu-se e depois dizem que nada disto tem a ver com a nossa Câmara, quando temos uma autarquia que se vê obrigada a substituir-se ao Governo Regional dos Açores na área da cultura para manter os eventos culturais no concelho, o que não acontece noutros municípios, nomeadamente em Ponta Delgada.

Lamento mas não gosto que se diga que existe apenas a herança socialista e não houve mais nada para trás. A Madeira tem sido governada sempre com o mesmo partido e não é preciso mudanças. Só nos Açores é que há mudanças, partem-se internamente e depois têm a leviandade de dizer que nós é que temos a culpa.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Houve aqui afirmações graves que importa rebater, principalmente em relação ao aumento da dívida em dois anos. É do conhecimento público que esse aumento deveu-se à inclusão no perímetro orçamental público, da dívida à SATA, à LOTAÇOR e à Santa Catarina e estamos a monopolizar esta Assembleia Municipal para outros fins, voltando ao que já foi aqui discutido.

Parece que não foi só com cartazes e *outdoors* que o Partido Socialista entrou no frenesim pré eleitoral. Com o respeito que tenho ao senhor deputado Rogério Sousa, é importante esclarecer que este aumento de dívida não é real.

A respeito do investimento em Angra do Heroísmo, foi há dias publicada a adjudicação da obra no liceu no valor de 2 milhões de euros. Se me dizem que há pouco investimento no

parque escolar da ilha Terceira, o que se poderá dizer dos últimos dez anos em que não houve sequer uma pintura para as escolas. Poderia falar também na radioterapia e no Porto das Pipas…

Interrupção impercetível.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados, penso que toda a gente deve ter lido o regimento da Assembleia Municipal e sabe como os trabalhos são organizados e orientados. A Mesa tem tido a preocupação de conceder alguma liberdade de expressão para além dos tempos regimentalmente definidos, precisamente para não quartar a liberdade de expressão a ninguém. Tenho apelado sempre para que não entrem em diálogo, não criem burburinho e não interfiram com as intervenções de cada um, porque todos têm a oportunidade de se inscreverem para falar, assim o queiram.

Agradeço que respeitem quem está no uso da palavra. Se quiserem contrapor, fazer alguma observação ou um pedido de esclarecimento, agradeço que se inscrevam, tal como está previsto no regimento. Como adultos, devemos ser dignos e responsáveis, respeitando sobretudo a Assembleia, cada um de nós que aqui está e os munícipes que acompanham os nossos trabalhos.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Ultimamente tem acontecido um episódio destes exatamente com os mesmos protagonistas, por isso agradeço a solidariedade do senhor presidente da Mesa.

O orçamento da Câmara Municipal para 2024 é uma continuidade dos orçamentos anteriores. A existência de uma verba discricionária de 7 milhões de euros, distribuída pela Câmara Municipal, causa alguma consternação a esta bancada municipal, portanto exigimos e esperamos que, daqui para a frente, haja maior transparência nos documentos previsionais que estão ao serviço público dos cidadãos de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Paulo Gomes (presidente da J. F. de São Mateus da Calheta) – Tivemos a informação da parte da Câmara que a remodelação da piscina do Negrito iria avançar em 2022, depois em 2023 e agora fomos informados que acontecerá em 2024. Pergunto se é desta vez que esta obra vai avançar por se tratar de uma piscina situada numa zona balnear de excelência que só pode ser usada com a maré cheia.

Gostaria ainda de saber se a Câmara Municipal está disponível para avançar com a alteração de trânsito ao lado da igreja, um pedido feito por nós há dois anos que teve o parecer favorável do Conselho Municipal de Segurança e mereceu a concordância da maioria das pessoas de São Mateus.

Sr. presidente da Câmara – Começo por fazer um esclarecimento acerca dos 7 milhões de euros que esta Assembleia pode decidir onde incluir no orçamento. Se tivéssemos um saco azul de 7 milhões de euros, a felicidade seria outra.

Este orçamento distribui todas as verbas de que o município dispõe. Não há 7 milhões de euros em verbas discricionárias, o que há é a capacidade de libertar recursos que

permitem fazer escolhas sobre estradas e ouras situações. Esse dinheiro foi todo atribuído e está inscrito no orçamento e é importante que esta diferença fique bem clara.

Quanto às questões colocadas pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de São Mateus, não é nossa intenção fazer a piscina no próximo ano porque temos outras prioridades de investimento, nomeadamente nas Cinco Ribeiras. Estamos a seguir uma sequência de investimentos e lá chegaremos. Temos que começar pelas obras mais urgentes, lembrando que, há dois anos, foi feito no Negrito o maior investimento do município em zonas balneares com a consolidação de boa parte daquela estrutura. Do ponto de vista do investimento, vamos dando a volta por onde podemos. No último ano estivemos em São Sebastião e espero que no próximo ano seja possível dar execução às Cinco Ribeiras, que há muito tempo espera e se queixa.

Quanto ao trânsito, o senhor vereador que tem essa matéria à sua conta, não está aqui, mas depois dar-lhe-á a resposta porque eu não sei o que vai acontecer.

Interrupção dos trabalhos para almoço.

O Orçamento da Câmara Municipal e GOP para 2024 foi aprovado por maioria com 27 votos a favor (20 do PS e 7 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM), 8 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e 1 voto contra da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (85/2023/AMAH).

1.10 – Protocolo a celebrar com a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo para realização do restauro do património móvel e integrado do interior da Igreja do Colégio Santo Inácio de Loyola, restauro do acervo do interior (altares e obras de arte) no valor de 600 000,00 € (seiscentos mil euros). Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea k), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – O objetivo deste protocolo é operacionalizar o contrato que foi assinado com o Ministério da Cultura em que o município vai assumir como coisa sua, o restauro das obras, entregando-as depois ao respetivo proprietário que é a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Trouxemos aqui este protocolo porque se estima que seja plurianual, ou seja, não terá execução plena no ano 2024, já que os trabalhos de restauro são naturalmente morosos.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Qual é o financiamento da Câmara neste protocolo?

Sr. presidente da Câmara – Absolutamente nenhum, já que a Câmara recebeu do Ministério da Cultura, a exata quantia que irá investir.

O protocolo constante do Ponto 1.10 foi aprovado por unanimidade. (86/2023/AMAH).

1.11 – Pedido da Açorlimpa, grupo, solicitando a atualização extraordinária do preço do contrato de aquisição de serviços de limpezas em edifícios municipais – lotes 4. Para

autorização do órgão deliberativo nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 54/2023 de 24 de fevereiro.

Sr. presidente da Câmara – Este pedido deveria ter sido apresentado na última sessão da Assembleia em conjunto com os outros pedidos similares mas, por lapso meu, não foi devidamente agendado. Esta empresa, assim como as outras que foram objeto de igual decisão por parte desta Assembleia, têm uma percentagem de funcionários com remuneração mínima superior à que está fixada para este tipo de atualizações.

O Governo da República estabeleceu, no âmbito do aumento do salário mínimo, que as empresas com uma composição salarial enquadrada nesta norma tinham direito a uma atualização extraordinária, o que acontece com esta empresa.

O documento foi autorizado por maioria com 32 votos a favor, (20 do PS e 12 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 5 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (87/2023/AMAH).

1.12 – Relação dos processos de execução plurianual. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Apenas o cumprimento da obrigação legal de dar a conhecer à Assembleia os contratos que terão execução no próximo ano e nos seguintes, ou seja, responsabilidades que excedem o ano 2023.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Tomámos conhecimento deste assunto no ano passado e reparei que este ano não constam dois ajustes diretos para aquisição de serviços de cobrança e pagamentos automáticos por três anos e também o ajuste direto para a aquisição de serviços de cobrança e pagamentos automáticos em terminais móveis para três anos, ou seja, seria o ano passado, este ano e o próximo, por isso gostaria de saber por que razão foram excluídos desta execução plurianual.

Sr. presidente da Câmara – Foram excluídos porque tivemos que rescindir esse contrato por mau cumprimento da parte do contratante. Detetámos que não tinham sido feitas leituras nem cobranças em alguns contadores, o que levou a que aparecessem contas extraordinariamente elevadas em algumas habitações. Perante esse infeliz acontecimento, não tivemos outra solução senão a rescisão desse contrato.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – De que forma, esse serviço é agora assegurado?

Sr. presidente da Câmara – Esse serviço foi atribuído aos nossos leitores do quadro, que são poucos, mas entretanto foram instalados na zona urbana, mais de 3000 contadores eletrónicos que não requerem leitura. O pessoal que efetuava essas leituras foi afeto às zonas que ainda não estão equipadas com contadores eletrónicos e o município recebeu mais 2000 contadores que serão instalados nos próximos meses para irmos fazendo o *phase out* deste sistema para a leitura automática e cobrança eletrónica.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (88/2023/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Proponho a discussão conjunta dos pontos 1.13 a 1.18 inclusive.

Nada a opor da parte dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – O tarifário que serve de base ao plano de atividades e ao contrato que será celebrado entre os dois municípios e a TERAMB tem um aumento de cerca de 20 % que não será transferido para os clientes finais, ou seja, como já aqui aprovámos, continuaremos a pagar o mesmo pelos resíduos.

Desconheço a decisão que a Praia da Vitória virá a tomar, mas o nosso município decidiu assumir a diferença. O objetivo tem a ver com a necessidade de manter a empresa com as contas equilibradas face ao aumento dos preços, particularmente do bicarbonato, ou seja, os produtos químicos que são usados na laboração sofreram um aumento extraordinário que quase multiplicou por duas vezes e meia nos últimos dois anos. Resolvermos aumentar o tarifário que é cobrado aos municípios, o que depois se traduz no plano de atividades e no contrato que será assinado entre a TERAMB e o município de Angra do Heroísmo.

Falando concretamente do plano de atividades, temos uma previsão de lucro neste ano de cerca de 150 mil euros e de meio milhão de euros no ano seguinte. A empresa vai fechar este ano com resultados positivos e prevê-se que o mesmo aconteça no próximo ano.

Quanto aos empréstimos, queremos ter a certeza que não vamos ter aflições no investimento, por isso estamos a pedir autorização para um empréstimo de 500 mil euros a médio/longo prazo que corresponde ao investimento que é preciso fazer no equipamento de desgaste rápido que terá que ser substituído no ano que vem. Em princípio, seremos capazes de resolver o assunto com as receitas da empresa com a possibilidade virmos a ter algum investimento de fundos comunitários; contudo, para não termos aflições nem haver atrasos de pagamento, está-se a pedir autorização para este empréstimo. De qualquer forma, a previsão é que não venha a ter utilização plena ou até nenhuma, mas vamos ver o que acontece.

O segundo empréstimo a curto prazo tem a ver com as crescentes dificuldades que a TERAMB tem tido do ponto de vista da tesouraria. Apesar dos bons resultados económicos, alguns dos nossos clientes não pagam atempadamente, por isso a autorização deste empréstimo é importante para que possamos pagar aos nossos fornecedores a tempo e horas.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Este ponto deveria ter sido apresentado antes de aprovarmos as taxas porque uma coisa tem a ver com a outra. Em termos de eficiência, os preços devem relevar os custos e neste caso a Câmara está a subsidiar a TERAMB, dando eventualmente um sinal errado às pessoas para que não ponham mais lixo para reciclar.

Em segundo lugar, pergunto como está o preço da venda de energia à EDA, já que, pela conversa que tivemos aqui o ano passado, a empresa não a compra, o que me parece extremamente nefasto para a economia de energia na ilha e também para a TERAMB.

Sr. presidente da Câmara – Não há qualquer forma de subsidiação à TERAMB que presta aos seus clientes, incluindo os dois municípios, o serviço de tratamento de resíduos mais barato do país. Apesar da atualização das taxas, estamos nos 33 ou 35 euros a tonelada, quando as instalações semelhantes no resto do país praticam os 70/80 euros a tonelada. Estamos a tratar os resíduos a um preço muito bom e competitivo no mercado de tratamento de resíduos. Se houvesse maior capacidade e se estivéssemos mais próximos de outros produtores de resíduos, teríamos provavelmente uma maior utilização e mais lucros.

Não há qualquer subsidiação, o preço é justo e permite manter a empresa com bons resultados económicos. A reflexão dos preços tem a ver, por um lado, com o interesse de não contribuirmos para a inflação e porque temos lucros muito substanciais na prestação de serviço aos clientes no sistema de resíduos e águas.

Não seria justo transferir custos para quem já está a pagar mais do que o valor que está efetivamente a receber. Conseguimos manter este conjunto resíduos/água/saneamento solvente sem a necessidade de aumentar os custos ao cliente e é o que está aqui a acontecer. Vamos alocar à TERAMB, uma parcela maior dos ganhos nestas áreas, sendo que a empresa está a prestar um serviço a um valor extraordinariamente competitivo, o que a torna, de longe, a maior empresa de tratamento de resíduos do país.

No que diz respeito à eletricidade, a situação melhorou ao longo deste ano com a entrada em funcionamento das baterias e com algumas alterações que foram feitas ao algoritmo que faz a repartição das cargas. Esperaríamos um aproveitamento total da energia produzida, mas ainda assim passámos de perdas que, nalguns meses, chegavam aos 40 %, para perdas na ordem dos 10 a 12 %.

A situação melhorou muito mas ainda não atingimos o objetivo do ponto de vista da gestão da rede energética da ilha. A TERAMB produz por dia, perto de 6 mil euros de receita na venda de energia que nos permite manter os preços tão baixos, caso contrário, teríamos que cobrar valores semelhantes às congéneres do continente, até porque os preços dos produtos químicos chegam cá agravados pelos custos de transporte.

Os resultados económicos da TERAMB são muito bons. O equipamento tem dado provas de boa qualidade e as avarias acontecem ao nível dos equipamentos de desgaste rápido, que necessitam de ser substituídos de cinco em cinco anos. Este aumento é perfeitamente compatível com o que já pagamos na fatura da água, por isso não há necessidade de o fazer refletir.

Sr. d. m. César Medeiros – Este Ponto 1.13 referente ao tarifário não carece de aprovação porque vem para conhecimento; no entanto há uma preocupação que tem a ver com o tarifário que consultei recentemente na página da TERAMB e não sei se só o que vai ser praticado em 2024.

Uma tonelada de pedra tem quase o mesmo custo que uma tonelada de resíduos biodegradáveis, ou seja, uma tonelada de carcaças acaba por ter um preço semelhante mas sem valor para transformar.

A minha intervenção vai no sentido de olharmos para as nossas práticas, tendo em conta os resíduos com valor biodegradável. Referindo alguns cenários possíveis, nós

produzimos resíduos nas limpezas de espaços urbanos verdes como quintais, etc., e ninguém vai ao aterro fazer uma entrega de 250 kg por dia durante vários dias até se libertar dos resíduos, por isso o que se vai vendo por aí é uma de três situações: fazemos uma fogueira durante alguns dias até consumir os resíduos verdes e nem sempre a legislação é cumprida, o que é uma péssima prática porque prejudica o ambiente, começando pelas populações próximas. Por outro lado, podemos colocar os resíduos na canada do tio António e alguém os há de limpar, ou seja, as entidades que se preocupam em manter as freguesias limpas, vão entregar esses resíduos em aterro sem custos. Num terceiro cenário temos o cidadão responsável que, por sua iniciativa, vai entregar os resíduos em aterro mas paga por isso.

Se queima, não paga. Se deixa na canada, não paga mas alguém há de limpar. Se vai entregar em aterro, paga. Que sinais estamos a deixar aqui e o que pretendemos fazer no futuro, se pagamos o valor mais baixo?

Os resíduos de valorização energética ou biológica deveriam ter um custo diferenciado para que os cidadãos lhes pudessem dar o destino correto. O que faria o senhor presidente da Câmara aos resíduos que produzisse? Deixá-los-ia do lado de fora do portão para que alguém os recolhesse? Iria depositá-los no aterro sanitário, pagando por isso, ou optaria pela fogueira? Presumo que o senhor, como cidadão ambientalmente responsável, adotaria a medida mais ética mas teria que pagar. Pergunto se podem ser dadas indicações mais assertivas ao cidadão ou se vamos continuar a deixar os resíduos nos espaços urbanos para que alguém os recolha.

Para terminar, peço ao senhor presidente da Câmara que faça o ponto da situação sobre os contentores castanhos que estão distribuídos em algumas zonas para percebermos se este é um projeto a replicar e o que está previsto para o próximo ano.

Sr. presidente da Câmara – Os preços são diferenciados em função dos custos de tratamento. A tabela é extremamente complexa, está por códigos LER (Lista Europeia de Resíduos) e os preços são diferentes.

A TERAMB não é uma empresa de produção de energia, nem outra coisa qualquer, é pura e simplesmente uma empresa destinada ao tratamento de resíduos e os preços estão estabelecidos exatamente com esse objetivo.

Quanto ao que cada cidadão paga, se aplicássemos a lógica do poluidor pagador, as pessoas deveriam pagar bastante mais, mas queremos evitar a dispersão de resíduos e as nossas freguesias têm estado muito limpas. Quem conheceu estes espaços há uns anos, verifica que houve uma transformação maravilhosa nesta matéria e praticamente não temos resíduos dispersos.

Foram criados ecocentros para quem não quiser pagar. Um está nos Altares, outro nas Doze Ribeiras, um outro em São Sebastião e existe também um à entrada do aterro onde o cidadão pode entregar os seus resíduos sem custos. Deve ser este o comportamento, embora não haja tragédia nenhuma com as fogueiras, desde que sejam devidamente controladas.

Temos muitas alternativas para a gestão dos resíduos, incluindo uma que é oferecida pela maior parte das juntas de freguesia e consiste numa simples chamada telefónica para que a junta faça o transporte e a entrega desses materiais, facilitando a vida ao cidadão e à

comunidade. Não estamos aqui para ganhar dinheiro nem para punir as pessoas com preços, o objetivo é garantirmos que a ilha se mantenha limpa. É esse o caminho que temos vindo a seguir com bons resultados.

A alternativa de entregar os resíduos no ecocentro será a mais responsável; contudo, tratando-se de uma grande quantidade, deverá proceder à entrega na TERAMB e pagar a respetiva taxa por ser um grande produtor, mas tem ainda a alternativa de telefonar à sua junta de freguesia que fará o encaminhamento dos resíduos e a Câmara pagará a respetiva taxa. Os materiais entregues pelas juntas de freguesia não são tratados gratuitamente pela TERAMB; o município paga a taxa de todos os materiais que lá entram, incluindo os provenientes dos ecocentros. Independentemente de serem entregues pelos privados, pelas juntas de freguesia ou por quaisquer outras entidades, o preço é sempre o mesmo para aquele código LER (Lista Europeia de Resíduos) e varia entre os 30 e qualquer coisa, os 40 e os 75 euros para os materiais mais difíceis de tratar.

O tarifário é justo, o cidadão tem múltiplas oportunidades de não colocar o lixo no lugar errado e uma simples chamada telefónica para a sua junta de freguesia resolve elegantemente o assunto. Se a pessoa tiver a possibilidade de transportar os resíduos, pode depositá-los no ecocentro mais próximo.

O encaminhamento dos resíduos no nosso concelho está muito bem. Se o senhor deputado perguntar aos senhores presidentes de juntas de freguesia mais antigos, dir-lhe-ão que o mundo mudou porque há uns anos havia lixo por todo o lado, algo que agora acontece apenas de vez em quando.

A questão dos biorresíduos é uma má imposição comunitária e o nosso parlamento ainda não fez a transposição da respetiva diretiva, algo que não me parece necessário porque não há grandes quantidades de biorresíduos para recolher. Se explicarmos às pessoas como funcionam os biorresíduos, dizendo-lhes que a comida cozinhada vai para um lado e as cascas das batatas vão para outro, elas mandam-nos internar porque não há nenhuma razoabilidade nisto.

Fizemos o projeto-piloto por se tratar de uma questão comunitária mas não vejo aí qualquer interesse ambiental nem operacional. Não ganhamos nada em criar mais uma linha de recolha e esta é uma ideia vinda do centro da Europa onde também ninguém faz, até porque a diretiva permite que os Estados-membros, na sua operacionalização, introduzam variantes, e uma deveria ser essa. Infelizmente, a nossa Assembleia Legislativa Regional nunca olhou para isto e a Secretaria Regional do Ambiente, em vez de olhar para a realidade, continua a sonhar com questões pseudo-ambientalistas como esta.

Estamos a fazer o que devemos mas sem qualquer entusiasmo porque não vejo interesse nenhum nesta matéria; contudo, vamos ver como as coisas evoluem e como será feita a transposição da diretiva comunitária a devido tempo.

1.13 – <u>Tarifário da TERAMB, EM para 2024. Para conhecimento do órgão deliberativo</u>.

<u>Assembleia Municipal tomou conhecimento</u>. (89/2023/AMAH).

1.14 – Plano de Atividades e Orçamento da TERAMB, EM para 2024. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A proposta foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (20 do PS e 9 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 9 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (90/2023/AMAH).

1.15 – Minuta de contrato programa entre a TERAMB, EM e os municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória para o ano 2024. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A minuta de contrato constante no Ponto 1.15 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (20 do PS e 9 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 9 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (91/2023/AMAH).

1.16 – Minuta de contrato de prestação de serviços – TERAMB, EM para 2024. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.

A minuta de contrato constante no Ponto 1.16 foi aprovada por maioria com 29 votos a favor (20 do PS e 9 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 9 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (92/2023/AMAH).

1.17 – Pedido da TERAMB, EM para a contração de um empréstimo de médio/longo prazo no montante de 500 000,00 € (quinhentos mil euros) destinado a fazer face às necessidades de investimentos. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea e) n.º 2 do artigo 12.º dos estatutos daquela empresa.

O pedido foi aprovado por maioria com 28 votos a favor (20 do PS e 8 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 10 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (93/2023/AMAH).

1.18 – Pedido da TERAMB, EM para contração de um empréstimo de curto prazo no montante de 250 000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros) destinado a fazer face às dificuldades de tesouraria. Para autorização do órgão deliberativo nos termos da alínea e) n.º 2 do artigo 12.º dos estatutos daquela empresa.

O pedido foi autorizado por maioria com 29 votos a favor (20 do PS e 9 da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e 9 abstenções da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM. (94/2023/AMAH).

O senhor presidente da Mesa propôs a discussão conjunta dos pontos 1.19 e 1.20, tendo merecido a concordância dos senhores membros da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – O relatório do segundo trimestre aparece aqui apenas por questões de calendário, por isso interessa referir apenas que o terceiro trimestre indica uma

situação positiva da TERAMB que se vai traduzir em lucros de 150 ou 160 mil euros no corrente ano. A empresa encontra-se numa situação equilibrada com bons resultados, apenas com algumas dificuldades de tesouraria que esperamos superar com o empréstimo que se fará para o próximo ano.

1.19 – Relatório de gestão e contas do 2.º trimestre da TERAMB, EM de 2023. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante no Ponto 1.19. (95/2023/AMAH).

1.20 – Relatório de gestão e contas do 3.º trimestre da TERAMB, EM de 2023. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante no Ponto 1.20. (96/2023/AMAH).

1.21 – Relatório n.º 1 da Empresa KPMG Advisory – Consultores de Gestão, S. A. respeitante a um estudo para avaliação do cenário de constituição de Polícia Municipal. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Não há muito a dizer porque este relatório contém a informação necessária para que os senhores membros da Assembleia possam também ir estudando uma posição sobre esta matéria.

No programa eleitoral que o Partido Socialista apresentou para este mandato, consta um ponto que refere a avaliação desta matéria. No cumprimento desse ponto, resolvemos encomendar a uma empresa da especialidade, este estudo que indica que a constituição de uma polícia municipal é viável, embora com um custo estimado na casa dos 600 mil euros anuais com um investimento inicial moderado.

O edifício da Rua do Barcelos fica disponível com a transferência dos serviços para o edifício aqui ao lado que está na fase de acabamento. A esquadra que a polícia necessitará está pronta e o investimento em formação será a parte mais cara, dada a exigência de um curso específico para o exercício de funções na polícia municipal. Quem for selecionado terá que se deslocar a Lisboa para fazer esse curso e as despesas inerentes terão que ser pagas pelo município. Acrescentando as despesas com armamento e viaturas, estimamos que o investimento total numa polícia municipal seja de cerca de 1,2 milhões de euros, uma decisão complexa que deve merecer a reflexão profunda de todos nós, razão pela qual, trazemos aqui este estudo.

A criação de uma polícia municipal é por deliberação desta Assembleia, sendo certo que há grandes vantagens, particularmente no que diz respeito ao policiamento de proximidade nas touradas, nas festas e procissões e também ao nível do trânsito e do estacionamento. Tudo isto tem um custo e apresenta um conjunto de outras consequências para o

funcionamento do município que não devem ser descoradas, por isso o assunto merece uma ponderação e maturação de opinião suficientemente longas.

O documento fica na vossa posse e o assunto terá que voltar a esta Assembleia por iniciativa da Câmara Municipal ou das forças políticas aqui representadas, no sentido de se tomar uma posição definitiva. Se for essa a vontade da Assembleia Municipal, podemos deixar esta questão para o próximo mandato para que possa ser referendada pelo voto popular, ou seja, a criação de uma polícia municipal poderá constar ou não nos respetivos manifestos eleitorais e assim o povo saberá no que estará a votar. No nosso manifesto eleitoral colocámos a possibilidade de estudar o assunto, o estudo está feito e a decisão seguinte caberá a esta Assembleia a devido tempo.

Este relatório n.º 1 anexo ao estudo é composto por quadros e gráficos para que facilmente sejam identificados os custos, as vantagens e desvantagens inerentes a esta decisão. O estudo fica apresentado, peço que o leiam com atenção e formem as vossas opiniões para que possamos voltar a falar no assunto a devido tempo.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – O aluguer do antigo edifício dos Serviços Municipalizados tem um custo que deve ser considerado no estudo.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – Tive a oportunidade de ler o estudo cuja versão final foi colocada na «nuvem». Considerando que estamos no último mandato deste executivo camarário e esta era uma proposta do seu manifesto eleitoral, o município assumiu o custo deste estudo que pressupõe uma ação. Pergunto se vai colocar este ónus num próximo mandato, já que, quem vier a seguir poderá ter outro entendimento e a constituição de uma polícia municipal acarreta um aumento de custos em pessoal, como o senhor presidente disse e muito bem. Pelo que temos vindo a assistir, a Câmara Municipal tem sido parca na robustez do seu mapa de pessoal, por isso quero perceber se e como pretende operacionalizar esta polícia municipal até ao termo do seu mandato, se o concluir.

Sr. presidente da Câmara – Passo a ler o livrinho das promessas que diz o seguinte: «*Continuar o processo de estudo da criação de um corpo de polícia municipal, tendo em vista a melhoria das questões de trânsito e estacionamento na cidade, o apoio à realização de festividades e outros eventos na via pública e a redução do vandalismo.*» Acabei de ler *ipsis verbis* o que foi apresentado aos eleitores. Foi esta a promessa que foi cumprida. O estudo está aqui e não prometi em lado nenhum que criaria uma polícia municipal. A Câmara não tomou nenhuma posição formal sobre esta matéria, uma decisão que terá que ser submetida à deliberação da Assembleia Municipal. É verdade que, na Câmara, recebemos o estudo há mais tempo, mas creio que todos temos que ponderar longamente esta questão.

As promessas devem ser cumpridas e foi o que fizemos. Se a senhora deputada pede a minha posição pessoal, quando se iniciou este processo, tinha grandes dúvidas se a criação de uma polícia municipal seria vantajosa para o município por duas razões: uma tem a ver com custos e este é um custo permanente porque, depois de ser criada uma polícia municipal, não podemos dizer no ano seguinte que já não a queremos. A segunda razão tem a ver com todas as outras situações relacionadas com o funcionamento de uma polícia municipal. Olhando

para outros municípios, vemos que as questões sindicais da polícia têm sido um problema, além de um conjunto de outras situações.

A leitura deste estudo levou-me a concluir que há também grandes vantagens. Passei de uma posição tendencialmente negativa para uma opinião tendencialmente positiva, mas não tenho grandes certezas sobre esta matéria. Por se tratar de uma questão estrutural, não deve ser objeto de pronunciamentos sem a devida ponderação, razão pela qual me pareceu mais útil entregar o estudo a esta Assembleia, dando tempo aos seus membros para o analisarem e ponderarem devidamente.

A Câmara não tomou qualquer posição formal sobre este assunto. Não lhe posso dar outra resposta que não seja o meu sentimento pessoal e tenho tendência a sujeitar as questões estruturais ao referendo das pessoas. Se me convencerem de outra coisa, mudarei de opinião, mas nesta altura creio que devemos estar todos de mente aberta para que possamos decidir na altura certa sobre uma matéria que é estruturante para o futuro do município.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Quase faria minhas as palavras do senhor presidente da Câmara, não fosse o senão da sua posição ter sido afirmada pessoalmente, e quando se faz um estudo deve tomar-se uma posição sobre o mesmo. Os mecanismos de referendo a todas as medidas, nomeadamente as mais importantes, são interessantes, mas são também populistas porque as pessoas são eleitas para exercerem os cargos. Para empatar com o senhor presidente da Câmara, pessoalmente parto de um princípio tendenciosamente negativo para tendenciosamente negativo.

Sr. d. m. Marcelo Pamplona – Boa tarde senhor presidente e senhoras e senhores deputados. Depois da análise dos documentos, considero uma metodologia correta de apresentação deste trabalho que contém opções existentes noutros municípios de menor, igual ou dimensão superior ao nosso. Analisando também as opções relativas ao pessoal com recurso até à requisição de elementos da PSP, concordo que estas medidas devem ser ponderadas por todos nós. Não tendo também posição formada sobre a implementação de uma polícia municipal, considero democrática a metodologia de apresentação deste estudo à Assembleia Municipal para ponderação e debate para que possamos chegar a um acordo.

O grupo municipal do PS concorda com o senhor presidente da Câmara, defendendo uma reflexão e ponderação da parte da Assembleia Municipal para que a criação de uma polícia municipal não venha mais tarde a ser alvo de alguma mudança radical.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante no Ponto 1.21. (97/2023/AMAH).

1.22 – Comunicação da Expanding World, Lda, dando conta dos impactos decorrentes da Glex Summit que ocorreu neste Município. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Este é um relatório sobre um evento que teve um grande impacto na visibilidade do concelho e será para continuar, mas deve ter a necessária ponderação face ao investimento e aos resultados obtidos.

Assembleia Municipal tomou conhecimento. (98/2023/AMAH).

1.23 – Relatório do 1.º semestre de 2023 da Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda. respeitante ao trabalho de auditoria realizado às contas do Município com referência a 30 de junho de 2023. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Este é o relatório da auditoria do primeiro semestre deste ano, resultante do cumprimento de uma obrigação legal. Não se deteta nada fora de ordem, apenas se confirma a boa saúde financeira do município.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (99/2023/AMAH).

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Designação de quatro representantes da Assembleia Municipal para a comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo. Para designação dos seguintes representantes por escrutínio secreto:

- Anastácia Maria Escórcio Fins.
- Paula Susana Dias Pimentel Cota.
- Renato de Melo Pires.
- Ana Rita Parreira Evangelho.

Sr. presidente da Mesa – Este é um pedido decorrente da legislação referente às comissões de proteção de crianças e jovens. Estes elementos são eleitos por três anos, renováveis por mais três, ou seja, dois mandatos de três anos cada. Por proposta do presidente da CPCJ de Angra do Heroísmo, foi solicitado à Assembleia Municipal que voltasse a eleger cidadãos eleitores de Angra para fazerem parte da comissão, sendo que, três desses elementos propõem manter-se e um pediu escusa para continuar. Assim sendo, encontrou-se uma alternativa para completar a lista de quatro elementos.

Após votação por escrutínio secreto, os representantes propostos foram designados por maioria com 32 votos a favor, 2 abstenções e 3 votos contra. (100/2023/AMAH).

3 – DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA LUZIA:

3.1 – <u>Proposta do presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia no sentido de os moradores da Rua da Miragaia poderem estacionar as suas viaturas na Rua do Marquês, na Rua do Palácio e na Rua do Rego. Para discussão do órgão deliberativo municipal</u>.

Sr. d. m. Emanuel Garcia (presidente da J. F. de Santa Luzia) – Boa tarde senhor presidente e restante Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais e presidentes de juntas de freguesia.

Como sabem, este ano houve alterações ao regulamento de estacionamento tarifado em Angra do Heroísmo. A Rua do Rego mantém o estacionamento tarifado, que foi eliminado nas seguintes ruas: Rua da Boavista, Rua da Queimada, Rua do Pau São, Rua de Baixo de Santa Luzia e Rua da Miragaia.

Passados seis meses desde que foi posto em prática este novo regulamento, deixou de haver estacionamento tarifado no troço da Rua da Miragaia entre o cruzamento com a Rua do Rego e o edifício das Mónicas, uma extensão com pouco mais de 80 metros, o que prejudicou os moradores. Naquele pequeno troço vivem 25 pessoas com 23 viaturas, nasceram três alojamentos locais com capacidade para cinquenta camas e foram criados doze lugares de estacionamento.

Se bem se lembram, quando houve uma revisão ao regulamento do estacionamento tarifado em janeiro de 2013 antes de a rua ficar apenas com trânsito no sentido ascendente – o que veio melhorar a sua segurança – os moradores foram autorizados a estacionar na Rua do Palácio, na Rua do Rego e na Rua do Marquês, visto não se poder estacionar ali pelo facto de o trânsito circular nos dois sentidos.

Há sempre lugares disponíveis no cimo da Rua do Palácio e na Rua do Rego e é ingrato para quem mora ali há muitos anos, muito perto do centro da cidade, ter que se deslocar pelo menos 350 metros a subir, já que a alternativa para quem quiser estacionar sem pagar parquímetros é a zona alta da freguesia acima da igreja, que tem o seu parque reservado. A situação torna-se mais complicada nos dias de chuva e para as pessoas mais idosas.

Os moradores dirigiram-se à junta de freguesia, reuni com todos eles e dessa reunião resultou uma ata que enviámos à Câmara Municipal. Houve uma reunião com o senhor presidente da Câmara, um representante dos moradores e eu próprio, onde foram estudadas algumas alternativas, sendo uma delas o parque de estacionamento da Rua da Queimada, que em tempos serviu para os clientes da praça do mercado e está disponível para os moradores da Rua da Queimada que deixou de ter estacionamento tarifado. Ficou de se colocar lá uma cancela para que o parque ficasse reservado para os moradores deste troço da Rua da Miragaia, o que não lhes traria grandes benefícios dado que o parque fica sensivelmente a 240 metros de distância e prevê-se que venha a ser muito utilizado durante as obras do mercado municipal.

O senhor presidente da Câmara lembrou, e muito bem, que o regulamento do estacionamento tarifado foi aprovado pela Assembleia Municipal e o assunto teria que ser aqui apresentado no caso da necessidade de qualquer alteração ou exceção. É este o motivo

pelo qual apresento esta situação, solicitando à Assembleia Municipal uma posição sobre o assunto.

Sr. presidente da Câmara – Este é um assunto de grande complexidade porque existem ruas de fronteira em torno de toda a zona de parquímetros e qualquer tratamento que seja feito numa rua, terá naturalmente que ser feito noutras. Já manifestei ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia que a Câmara está disponível para tentarmos encontrar uma solução para esta situação sem criarmos regimes de exceção. Contudo, lembro que este regulamento municipal estabelece os limites das zonas de parquímetros e qualquer alteração só poderá ser feita com o consentimento desta Assembleia.

O regulamento foi aprovado com base no parecer de uma comissão que foi constituída especificamente para esse fim. Embora com uma configuração diferente, nessa altura surgiu uma proposta que ia no mesmo sentido a respeito da Rua da Miragaia, da Rua de São Pedro e daquela zona em torno do Solar dos Remédios.

A Câmara não coloca qualquer obstáculo à livre decisão da Assembleia Municipal, mas lembro que isto tem um conjunto de implicações que merecem um estudo mais adequado. Quero manifestar da parte da Câmara, a vontade de tentarmos encontrar soluções alternativas que não impliquem alterações ao dito regulamento porque, no dia em que esta Assembleia o fizer em relação a uma zona, terá que o fazer em relação a muitas outras. Lembro a história que aconteceu há dez ou doze anos que levou ao alastramento das zonas de parquímetros que começou na zona baixa da cidade e foi subindo por ali acima. Toda a gente vai querer parquímetros na sua rua até o dia em que já não os quer porque alguém foi multado quando estava de visita.

Conhecemos o caminho a seguir mas o interesse da Câmara é respeitar em absoluto as decisões da Assembleia. Por outro lado, manifestamos a nossa disponibilidade para tentarmos encontrar uma solução adequada para este caso dentro das competências da Câmara, desde que não envolva alterações ao regulamento que foi aprovado por unanimidade por esta Assembleia após um intenso debate e muito trabalho de consensualização.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Reafirmando alguns dos aspetos que nos trouxe aqui o senhor presidente da Câmara e também para conhecimento de quem, lá fora, nos possa acompanhar, a questão tem a ver com a isenção de pagamento de parquímetros por parte dos residentes desde que tenham lugar para estacionarem o carro.

Foquemos a discussão neste aspeto que cria aqui forças contrárias entre o interesse dos residentes e o interesse dos utentes. Seria ótimo que eu fosse a um qualquer estabelecimento comercial na Rua de São Pedro sem pagar parquímetro, mas talvez um residente naquela rua ficasse sem lugar para estacionar o carro ao pé de casa, como gostaria. Normalmente as pessoas pedem para não pagar parquímetros mas a questão aqui é o estatuto de residente.

Nomeámos um grupo de trabalho aqui na Assembleia Municipal composto por vários partidos e suponho que o senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia fez também parte desse grupo de trabalho.

Sr. presidente da Mesa – Posso relembrar os elementos que constituíram esse grupo de trabalho: a senhora deputada municipal Luísa Lourenço, a senhora presidente da Junta de Freguesia da Sé, Cecília Costa, o senhor presidente da Junta da Freguesia de São Pedro, João Enes, o senhor deputado do PS, José Toste e o senhor Paulo Jorge Silva, presidente da Junta de Freguesia da Conceição.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O assunto foi discutido entre elementos com um profundo conhecimento do que estava em jogo e conseguiu-se uma solução de consenso numa medida que entrou em vigor há cinco meses.

Com a maior simpatia que tenho pelos residentes, das duas, uma: damos mais algum tempo de experiência e entretanto o senhor presidente da Câmara tenta criar o estacionamento que não temos – o estacionamento do mercado municipal – ou criam-se algumas bolsas de estacionamento para residentes, o que terá que ser feito em praticamente todas as freguesias da Angra do Heroísmo, porque o problema põe-se na Conceição, em São Pedro, em Santa Luzia e na Sé, onde têm surgido queixas por falta de lugar para se estacionar o carro, apesar do estatuto de residente.

Com a maior simpatia pelos residentes na freguesia de Santa Luzia, até ao momento em que li a Ordem de Trabalhos, este parecia-me ser um assunto merecedor de largo consenso que não atrapalhava ninguém mas, face à intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, afinal a questão tem as suas complexidades e terá que regressar à Assembleia porque me parece que outras localidades decerto também entenderão que lhes dará jeito terem parquímetros.

A ideia geral que nos guiou foi concentrar apenas no coração da cidade mas, afinal, esta questão poderá levar à mudança de filosofia de um grupo de trabalho que teve ampla participação e consenso. Como disse o senhor presidente da Câmara, pensemos nisto por algum tempo, assim como no caso da Polícia Municipal porque, afinal, a questão poderá não ser tão consensual como parecia quando nos foi apresentada.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Como já aqui se disse, estas situações são complexas e não é só com grupos de trabalho e consenso político que se chega lá. O espaço é limitado, depois vêm os turistas e os moradores na freguesia ao lado, portanto não é um problema meramente político, é também um problema técnico.

Volto a dizer que é importante que o preço e a procura revelem alguma coisa. A Rua de São Pedro tinha parquímetros e estava subutilizada porque os preços eram demasiadamente elevados, mas acho possível um consenso de curto prazo.

Foi aqui dito que há pessoas mais idosas; às tantas toda a gente arranja um certificado de residente ali na zona para utilizar o espaço e depois é a tragédia dos comuns porque não há espaço para mais ninguém.

Acho que vale a pena um estudo simples para se saber quantos espaços podem ser cedidos e depois a junta de freguesia poderá ter um critério objetivo de seleção, dizendo quem terá direito aos espaços para residentes a curto prazo. No longo prazo, o desafio dos parquímetros é muito interessante porque aquele preço poderá justificar a iniciativa pública,

privada ou até mesmo ao nível da freguesia para a construção de estacionamentos, pagos ou não pagos. A escassez de espaços para estacionamento vai aumentar no verão com o turismo, porque temos os alojamentos locais e quem faz turismo na ilha Terceira, precisa de um carro.

Uma boa aplicação do dinheiro da Câmara é na criação de parques de estacionamento. A Câmara já construiu alguns na zona urbana mas, se calhar, é preciso mais. O que aconselho a curto prazo é que, em termos técnicos, se chegue a um acordo acerca dos espaços que há disponíveis para residentes e haja uma afetação criteriosa para pessoas com mais idade, com mobilidade reduzida, etc.

O espaço é limitado, por isso não me parece que o consenso entre partidos seja a abordagem correta. É esse o erro inicial quando partimos para uma reunião de consenso do ponto de vista político e há uma limitação de espaços, o que acontece em qualquer cidade. Em termos políticos, é necessário saber quais as pessoas mais necessitadas e quantos espaços é possível afetar.

Sra. d. m. Marília Vargas – Boa tarde senhor presidente da Assembleia e elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, caros colegas deputados municipais.

O grupo municipal do PS está obviamente solidário com os moradores de Santa Luzia e reconhecemos o desconforto em não se ter um estacionamento perto de casa; contudo, devemos ter em consideração a comissão desta Assembleia Municipal que elaborou este regulamento com base em certos princípios, que estaríamos a violar ao abrirmos este precedente.

Estou de acordo com o que foi dito pelo senhor deputado Carlos Costa Neves e recomendamos a solução da abertura de uma bolsa de estacionamento que possa ajudar estes moradores, como sugeriu o senhor presidente da Câmara.

Sr. d. m. Emanuel Garcia (presidente da J. F. de Santa Luzia) – Começo por agradecer as intervenções a respeito deste assunto que me permitem mais alguma reflexão. É verdade que houve uma comissão e foram tomadas decisões mas, como disse no início, foi eliminado o estacionamento tarifado em cerca de seis ruas na nossa freguesia. Tomamos decisões mas depois na prática há exceções e com o funcionamento das coisas vamos percebendo que há lugares pontuais.

Talvez tenhamos que esperar mais algum tempo e até agora só se manifestaram estes moradores. A Rua do Palácio com cerca de 130 metros de comprimento, praticamente não tem comércio, tem poucos residentes e muitos lugares disponíveis, enquanto ali mesmo ao lado existe uma rua com 25 residentes e um alojamento local com cinquenta camas num espaço de 80 metros, por isso é um pouco revoltante para quem lá mora, o facto de não poder utilizar essa alternativa ali ao pé de casa. Para vos dar um exemplo, há um residente no canto da Rua da Miragaia com porta para a Rua do Marquês e estaciona muitas vezes na Rua da Miragaia.

A sugestão do doutor Tomás Dentinho parece-me interessante com a afetação de uma boa parte daqueles doze lugares aos residentes para mitigar um pouco a situação. São 350

metros de subida íngreme e não é por acaso que estamos hoje aqui a falar deste assunto. Além de desconfortável, é também revoltante para quem gosta de morar no centro da cidade e se vê a braços com esta situação.

Há uma exceção para toda a regra e acho que devemos procurar uma solução que deixe toda a gente satisfeita. É esse o papel da Câmara e também o meu enquanto presidente de junta de freguesia. Na minha opinião, se por um lado, tomamos medidas para atrair as pessoas para o centro da cidade, por outro não devemos fazer com que se afastem.

Sr. presidente da Mesa – Perante estas intervenções, a Mesa pode concluir que existe a sugestão que este assunto seja remetido à Câmara Municipal para análise e reapreciação e regresse à Assembleia com propostas alternativas para nova apreciação e debate.

A proposta constante do Ponto 3.1 foi considerada debatida pela Assembleia Municipal. (101/2023/AMAH).

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PS E DA COLIGAÇÃO PPD/PSD – CDS-PP – PPM:

4.1 – Voto de Congratulação pela distinção de Angra do Heroísmo como o "Município mais Taurino". Para votação do órgão deliberativo municipal.

A senhora deputada municipal Fátima Ferreira fez a apresentação do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Ao município de Angra do Heroísmo pela distinção de "Município Mais Taurino".

«*Enaltecer Angra do Heroísmo pela sua tradição ligada aos eventos tauromáquicos é uma honra que foi conseguida na III Gala da Tauromaquia realizada a 2 de dezembro no restaurante Kais em Lisboa. Foi uma honra o facto de este município ter sido considerado o mais taurino entre 59 candidatos, o que não é surpresa para os terceirenses, para a tauromaquia, nem tão pouco para os aficionados da Festa Brava. Foi com a colaboração de todos que conseguimos esta distinção.*

Não podemos esquecer a ligação da nossa tradição às touradas à corda e às touradas de praça, pois já em 1622 havia touradas de praça. As touradas à corda percorrem todas as nossas freguesias, vêm de longa data e são as verdadeiras manifestações populares na ilha Terceira. Acontecem em grande quantidade e são a alegria do nosso povo. São o resultado de se viver no arquipélago e ser-se apaixonado pelo gado bravo, adaptando-o às condições isoladas da ilha e dos relacionamentos possíveis dessa vivência. Numa tourada à corda não há distinção social, todos são aficionados, apreciam e conhecem a fama dos toiros, dos capinhas e dos pastores como elementos imprescindíveis para que a tourada decorra com a maior fama possível

Não devemos esquecer a importância da criação do gado bravo na manutenção do interior da nossa ilha, na sua rusticidade e proteção de plantas endémicas, assim como a

importância turística que representa esta criação de gado, permitindo a vinda dos animais à civilização com a tourada à corda, um espetáculo de uma beleza desconhecida para muitos turistas já apreciadores das touradas de praça. A sua criação está dependente de uma grande paixão por estes animais e ao ser transmitida aos turistas, contribui para a desmistificação de preconceitos.

A tauromaquia faz parte do modo de ser e de estar do terceirense e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo tem estado sempre atenta, apoiando esta tradição, colaborando na organização e honrando esta festa que é feita pelo povo e para o povo.

A senhora vereadora e engenheira Fátima Amorim, que recebeu esta distinção, expressou com orgulho a importância da tauromaquia para a cultura e para a sociedade terceirense ao fazer parte integrante do nosso património e fez a promessa que o seu impacto positivo será mantido e promovido para as gerações futuras.

A tauromaquia representa um impacto socioeconómico positivo e de grande valor para a ilha Terceira. O reconhecimento de "Município Mais Taurino" reforça o apoio deste município e comprova a sua importância que vem sendo defendida desde há longos anos.

Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM, ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 13 de dezembro de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação pela distinção a Angra do Heroísmo como "Município Mais Taurino", devendo ser dado conhecimento do mesmo à Câmara Municipal e à Tertúlia Tauromáquica Terceirense Tomé Bello de Castro.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 13 de dezembro de 2023.
Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM.»

Sr. presidente da Câmara – Na nossa última reunião de Câmara aprovámos também e por unanimidade, um Voto de Congratulação e é com enorme prazer que nos associamos a este voto. Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra às senhoras vereadoras, Fátima Amorim e Brites Cunha para que também se possam pronunciar.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Foi com muita satisfação que estive presente na III Gala da Tauromaquia, um evento muito importante também para a ilha Terceira. De entre os 59 municípios candidatos ao «Município Mais Taurino», numa primeira votação ficámos nos cinco finalistas juntamente com Alcochete, Azambuja, Pombal e Barrancos e fomos eleitos o «Município Mais taurino».

Senti uma grande emoção e foi com muito orgulho que vi imagens do nosso concelho, da cidade de Angra do Heroísmo, da praça de touros e do Grupo de Forcados da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, que foram vistas por mais de quinhentas pessoas que se encontravam naquela sala.

Nesta cerimónia foram reconhecidos todos os que se destacaram na época passada e tive a oportunidade de transmitir a quem lá estava que a Festa Brava está na nossa alma e no nosso coração; é cultura e uma tradição muito importante para esta terra em termos económicos.

A gala foi transmitida por um canal de televisão espanhol. Fiquei muito admirada pelo facto de não ter lá estado a televisão pública portuguesa e fiz questão de o mencionar porque os aficionados da tauromaquia têm direito a verem na televisão, um evento relacionado com a tauromaquia, assim como quem gosta de futebol ou de outra atividade qualquer.

Antes de ser conhecida a votação final, houve quem viesse ter comigo, dizendo: «Nós sabemos que Angra é que vai ganhar. Conhecemos a vossa *afición*, a vossa paixão pelas touradas e pela Festa Brava.»

O município de Angra do Heroísmo e a sua população estão de parabéns. Tal como transmiti aos que estiveram presentes nesta III Gala da Tauromaquia, digo-vos também que vamos continuar a defender aquilo em que acreditamos e gostamos. Temos que respeitar quem gosta e quem não gosta e não pode haver outro posicionamento, senão este.

Tive muito gosto em receber o prémio em nome do município de Angra do Heroísmo, um quadro de João Quintela, uma bonita obra que foi também distribuída pelos restantes premiados naquele dia. Angra do Heroísmo e os seus habitantes estão de parabéns pela defesa da sua tradição, da sua cultura.

Sra. vereadora Brites Cunha – Muito boa tarde senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e colegas vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Fiquei surpreendida e agradeço a oportunidade que me é dada pelo senhor presidente da Câmara para dizer aqui algumas palavras sobre uma matéria que, como se sabe, me é muito cara.

Ouvimos dizer aqui esta manhã que a cultura é também uma questão ideológica e esta é a prova provada que não o é e importa relembrar que este prémio decorre de uma votação por parte das pessoas. Houve uma votação em massa que uniu os terceirenses e muitos angrenses, uma mobilização que nos deve sensibilizar e responsabilizar. É óbvio que ficámos muito contentes e é de todo importante que marquemos sempre pontos no contexto nacional sobre aquela que é a maior identidade cultural da nossa terra que é transversal a toda a região. Sou da opinião que as diferenças ao nível regional devem unir-nos, temos que fazer gala delas e ser conhecedores da realidade. É esse todo que nos distingue e nos torna mais bonitos, apetecíveis e diversificados.

Este prémio é, para nós, uma hora e um orgulho. É pena que as entidades públicas não deem a devida importância à tauromaquia, antes pelo contrário, cedem numa tentativa constante de minoração e até de marginalização desta arte, por isso importa que haja resistentes privados que tomem estas iniciativas que muito nos honram, particularmente ao nosso município que saiu vencedor desta vez.

Um bem-haja a todo o povo terceirense que se juntou e votou em massa e é pena que não o faça também noutras coisas tão importantes. Que a tauromaquia continue a ser este desiderato que vale muito a pena e merece a nossa união.

Sra. d. m. Luísa Barcelos – O grupo municipal da Coligação vai obviamente associar-se a este Voto de Congratulação. A tauromaquia é um elemento identitário da nossa marca

terceirense e açoriana com um grande impacto económico e, acima de tudo, como é referido também neste voto, um polo aglutinador de pessoas, de convívios e de cultura. Por mais pressões, taxas e o que mais possam inventar para menosprezar e tentar mitigar a tauromaquia, enquanto houver iniciativas como esta, a adesão por parte de uma população cada vez mais jovem e uma vontade popular pura e genuína, haverá certamente tauromaquia na ilha Terceira e em Portugal.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Quero juntar a ideia que é cultura e é território, ou seja, nem que houvesse só Angra ou só Barrancos, não tinham o direito de tirar essa cultura que é uma conjunção entre as pessoas e o território que vão ocupando.

Que a melhor ocupação de território seja com touros bravos e com a festa a eles associada. Se desligarmos a festa do território, passa a haver um circo e esta legitimidade cultural da tauromaquia deixa de existir, por isso é importante que a ressalvemos.

Dos espaços taurinos em Portugal, Angra é a mais aficionada. O Alentejo, o Ribatejo, Raia e até Viana do Castelo, são territórios taurinos com diferentes manifestações de tauromaquia e cultura enraizada no território. Não se fazem festas taurinas no Algarve para turista ver, é porque corresponde àquilo que, historicamente, faz mais sentido.

Fico muito contente que, dentro do espaço taurino português, Angra tenha sido o município eleito. Tenho pena que a Moita não tenha também sido eleita, mas paciência, há de ser para a próxima.

O Voto de Congratulação pela distinção de Angra do Heroísmo como o "Município Mais Taurino" foi aprovado por unanimidade e aclamação. (102/2023/AMAH).

4.2 – Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Fernando Ferraz Cardoso. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Valdeci Purim apresentou o voto em epígrafe.

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento de Manuel Fernando Ferraz Cardoso.

«*Manuel Fernando Ferraz Cardoso foi professor do 1.º ciclo do ensino básico, licenciado em Administração Escolar. Colaborou com artigos de opinião em jornais da região, nomeadamente: "A União", "Jornal da Praia" e "Diário insular".*

Publicou no ano 2000 o livro "A socialização, representações e implicação das famílias na Escola de Rei" na área da sociologia da educação, uma edição da Secretaria Regional da Educação e Cultura. Em 2013, publicou o livro de contos e prosas "Lunetas e outras solidões" integrado no Plano Regional de Leitura - Ler Açores – 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Publicou ainda os romances: "Alice - venturas e desditas de uma rapariga açoriana", "Quero morrer nos Açores", "Os segredos de Beatriz", "A minha ilha é que é o meu mundo" e "Mariana".

As suas obras emanavam o orgulho que tinha pela sua terra, pelos Açores e pelas suas gentes; nas suas obras sentíamos o seu sentido apurado e conhecedor dos nossos costumes,

dos nossos maneirismos, no fundo da nossa riquíssima história. Conseguia transportar-nos para tempos antigos, descrevendo-nos ao mesmo tempo a realidade com uma acuidade e sensibilidade que nos deixava envolvidos ao longo de toda a trama, fazendo-nos acreditar que as suas personagens, tal como todos nós, merecem sempre um final feliz. O próprio afirmava que escrevia para que o leitor pudesse viver a beleza e a natureza das ilhas como ele as vivia.

Era um homem bom, simpático, inteligente, atento, consciente e motivado em deixar um pouco de si em todos os que o conheciam ou liam os seus livros.

Manuel Fernando Ferraz Cardoso era um ilustre terceirense, figura incontornável da literatura açoriana. Faleceu a 3 de outubro de 2023, deixando um vazio no espaço cultural da nossa terra.

Assim, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM, propõem à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Pesar, devendo, do mesmo, ser dado conhecimento à família.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 13 de dezembro de 2023.
Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM.»

Sr. presidente da Câmara – Associo-me pessoalmente e o município também se associa a este voto. Tive o prazer de privar profissionalmente com o nosso homenageado, por isso posso testemunhar a sua grande valia e vontade, particularmente a sua grande sabedoria em matérias de educação.

O Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Fernando Ferraz Cardoso foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (103/2023/AMAH).

4.3 – Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Gabriel Dias Lopes. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Cidália Parreira apresentou o voto em epígrafe.

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento de Manuel Gabriel Dias Lopes.

«*Manuel Gabriel Dias Lopes nasceu a 3 de setembro de 1942 e faleceu na quinta-feira, 9 de novembro de 2023 aos 81 anos.*

Comerciante de profissão na freguesia dos Altares, exerceu como autarca, o cargo de presidente da Junta de Freguesia local durante 5 mandatos de 1982 a 2001.

Durante os seus mandatos foram concretizados diversos empreendimentos de inestimável valor para a freguesia dos Altares e não só; destacamos o seu empenho na instalação e construção de um quartel para a Secção Destacada dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo, instituição situada a noroeste da ilha Terceira que abrange 5 freguesias, agora e desde então melhor servidas em termos de proteção de vidas e bens que foram, e têm sido, socorridas pela referida secção.

Quem com ele teve a oportunidade de privar, destaca a sua vertente humanitária que merece um profundo respeito e admiração de todos.

Pelo seu percurso, exemplo de vida e contributo para uma maior segurança de pessoas e bens, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM, propõem à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste voto, devendo, do mesmo, ser dado conhecimento à família.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 13 de dezembro de 2023.
Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM.»

O Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Gabriel Dias Lopes foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (104/2023/AMAH).

4.4 – Voto de Pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Couto. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Cidália Parreira fez a apresentação do voto em epígrafe.

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento de Maria da Conceição Couto.

«*A Senhora Maria da Conceição Couto faleceu no dia 28 de novembro de 2023 com 95 anos de idade.*

Aprendeu enfermagem no Hospital de Angra do Heroísmo e nessa qualidade dedicou todo o seu saber e tempo disponíveis no auxílio a quem deles necessitasse.

Senhora culta, foi responsável pela Biblioteca Fixa da Gulbenkian n.º 48 durante muitos anos. Membro da Ação Católica e amiga do próximo, prestou apoio psicológico e até conjugal a quem a procurava ou desse apoio necessitasse.

Pela compreensão nítida dos seus deveres cívicos de ação social e cultural, bem como pelos seus atos de altruísmo, coragem, benemerência e solidariedade social, por proposta unânime da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, foi-lhe atribuída a Medalha de Mérito Municipal Filantrópico em reunião de 22 de maio de 2015, aprovada na Assembleia Municipal no dia 30 de junho do mesmo ano.

Pelo seu percurso, exemplo de vida e contributo para uma melhor felicidade da comunidade em que estava inserida, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM, propõem à Assembleia Municipal, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação deste Voto de Pesar, devendo, do mesmo, ser dado conhecimento à família.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 13 de dezembro de 2023.
Os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM.»

O Voto de Pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Couto foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto. (105/2023/AMAH).

4.5 – Voto de Congratulação ao Centro Hípico da Ilha Terceira pela conquista de três títulos nacionais no Troféu de Dressage Póneis. Para votação do órgão deliberativo.

A senhora deputada municipal Luísa Barcelos fez a apresentação do voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

Ao Centro Hípico da Ilha Terceira pela conquista de três títulos nacionais no Troféu de Dressage Póneis.

«*O Centro Hípico da ilha Terceira com sede e atividade em Angra do Heroísmo, tem estado em destaque nacional pela sua participação de excelência na Final do Troféu de Dressage Póneis que decorreu em Lisboa.*

Nesta prova vocacionada para a Dressage, uma disciplina da equitação que versa sobre o ensino do cavalo e a correta equitação, o Centro Hípico da ilha Terceira conquistou um total de três títulos nacionais no Troféu de Dressage Póneis. Em iniciados, o conjunto Mafalda Valadão/Maestoso Amena II sagrou-se campeã nacional. Em juvenis, Constança Brasil/Leal sagrou-se campeã nacional, tendo também o Centro Hípico da ilha Terceira conquistado o primeiro Lugar como Escola de Formação.

Estes resultados são fruto do empenho profícuo e laborioso dos cavaleiros e treinadores do Centro Hípico da Ilha Terceira e demonstram a aposta na formação de qualidade da equitação na ilha, um exemplo de que a excelência nacional está ao alcance de todos os que se esforçam para tal.

Neste sentido e nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 13 de dezembro de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Centro Hípico da ilha Terceira pela conquista de três títulos nacionais no Troféu de Dressage Póneis.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao Centro Hípico da ilha Terceira, às famílias das cavaleiras premiadas, à Direção Regional do Desporto e à Junta e Assembleia de Freguesia da Conceição.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 13 de dezembro de 2023.
Os grupos municipais da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e do Partido Socialista.»

O Voto de Congratulação ao Centro Hípico da ilha Terceira foi aprovado por unanimidade. (106/2023/AMAH).

4. 6 – Voto de Congratulação a João Pereira pelo Título Nacional de Juniores de Kumite-Karaté. Para votação do órgão deliberativo, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Luísa Barcelos fez a apresentação o voto em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A João Pereira pelo Título Nacional de Juniores de Kumite-Karaté.

«*João Pereira, do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo (CKSAH), sagrou-se campeão nacional no escalão de Juniores na disciplina de Kumite no Campeonato Nacional para Cadetes, Juniores e Sub21 que decorreu no passado mês de novembro em Alcabideche.*

O jovem karateca angrense de 16 anos conta com um palmarés de vitórias em competições regionais e nacionais num percurso desportivo ligado ao karaté que iniciou aos 5 anos de idade.

Esta conquista é particularmente rara e assinalável pela forte competitividade que existe neste escalão de juniores e porque permite o apuramento a Youth Leagues e consequentemente aos campeonatos da Europa e do Mundo.

O agora campeão nacional integrou a comitiva da Associação de Karaté dos Açores composta por sete clubes em representação de três ilhas num total de 26 competidores, tendo alcançado seis medalhas nacionais, reflexo de uma prática de karaté de qualidade na região.

O título nacional agora alcançado por João Pereira do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo (CKSAH) é resultado de uma aposta no esforço consistente e consolidado do atleta, do treinador e do clube, assim como do apoio social e familiar.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 13 de dezembro de 2023, a aprovação de um Voto de Congratulação a João Pereira do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo pelo título nacional de Juniores de Kumite – Karaté.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao João Pereira, ao Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, à Associação de Karaté dos Açores, à Direção Regional do Desporto e à Junta e Assembleia de Freguesia de Santa Luzia.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 13 de dezembro de 2023.

Os grupos municipais da Coligação PPD/PSD – CDS-PP – PPM e do Partido Socialista.»

O Voto de congratulação a João Pereira foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (107/2023/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, estamos na reta final da nossa reunião. Antes da leitura da minuta da ata, gostaria de vos informar que, na reunião da Conferência de Líderes, ficou decidido que a próxima sessão da Assembleia Municipal ocorrerá no dia 16 de fevereiro de 2024.

A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Senhoras e senhores deputados, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores. Termina assim o nosso ano de trabalho composto por cinco reuniões ordinárias desta Assembleia Municipal.

Em nome da Mesa, quero agradecer a todos a presença, participação, colaboração e disponibilidade para encontrarmos confluências de interesses que levem ao bem-estar dos munícipes e a melhores condições de desenvolvimento do nosso concelho. Agradeço o vosso empenho e contributo, desejando a todos vós e às vossas famílias, umas Boas Festas, um feliz e santo Natal. Espero muito sinceramente que o próximo ano de 2024 seja um ano de prosperidade em todos os sentidos com muita saúde porque, com saúde conseguimos atingir os nossos objetivos.

Estendo estes meus votos aos munícipes do concelho e a todos os funcionários e colaboradores da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que, ao longo deste ano, colaboraram com a Assembleia Municipal e com cada um de nós para que pudéssemos desempenhar cabalmente e com dignidade estas tarefas e missões que nos foram confiadas pelos munícipes. Boas Festas para todos, um santo Natal e um bom ano novo.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 16h55 min do dia 13 de dezembro de 2023, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa

_____

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

A 1.ª secretária

_____

Tânia Gil da Rocha Lemos